



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**NATAL/RN
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**NATAL/RN
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU	Controlaria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econmicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais

MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU/RN	Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte
SPF	Seção de Policiamento e Fiscalização
SRH	Seção de Recursos Humanos
SRP	Sistema de Registro de Preços
SRPRF	Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional

VF

Veículos Fiscalizados

LISTA DE QUADROS

- I Organograma Funcional
- II Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual
- III Execução Física das ações realizadas pela UJ
- IV Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- V Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- VI Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- VII Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- VIII Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- IX Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011
- X Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
- XI Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
- XII Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
- XIII Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
- XIV Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
- XV Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- XVI Composição do Quadro de Estagiários
- XVII Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- XVIII Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- XIX Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
- XX
- XXI Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- XXII Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- XXIII Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV
- XXIV Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
- XXV Estrutura de controles internos da UJ
- XXVI Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

- XXVII Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- XXVIII Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- XXIX Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

LISTA DE TABELAS

I	Programas de Governo
II	Comparativo dos Dados Operacionais
III	Comparativo dos Acidentes
IV	Acidentes, feridos e mortos por delegacia em 2011.
V	Acidentes por Delegacia de 2009 a 2011.
VI	Mortos em acidentes por Delegacia de 2009 a 2011
VII	Contribuição percentual das rodovias para o número total de acidentes, feridos e mortos.
VIII	Acidentes por tipo com índice de fatalidade
IX	Acidentes por tipo entre 2009 e 2011
X	Variação de acidentes por mês.
XI	Variação de mortes por mês
XII	Prisões por Delegacia e NOE
XIII	Prisões e Apreensões
XIV	Prisões por mês
XV	Prisões de acordo com a legislação
XVI	Prisões de Menor Potencial Ofensivo
XVII	Prisões por Rodovia
XVIII	Comparativos entre 2010 e 2011 - Prisões
XIX	Disponibilização de Recursos
XX	Palestras de Educação para o Trânsito
XXI	Atividades Educativas com utilização de recursos
XXII	Percentual Mensal dos AI Tipo “B” digitados fora do prazo de 5 dias
XXIII	Percentual Mensal dos AI Tipo “B” digitados fora do prazo de 15 dias
XXIV	Mapa Comparativo Licitações Públicas
XXV	Compras Por Licitação
XXVI	Resumo por Modalidade
XXVII	Compras por Dispensa

- XXVIII Compras por Inexigibilidade
- XXIX Despesas com Aquisição de Materiais e Equipamentos por Adesão a Registro de Preço
- XXX Comparativo de Aquisições
- XXXI Absenteísmo na 15ª SRPRF – 2011
- XXXII Acidentes em serviço notificados à 15ª SRPRF – 2011
- XXXIII Rotatividade (turnover) da 15ª SRPRF/RN – 2011
- XXXIV Ações de Treinamento no Exercício 2011
- XXXV Planilha situacional de valores Remanejados pelo DPRF para a 15ª SRPRF
- XXXVI Movimentação Cartorial
- XXXVII Situação Orçamentária da Corregedoria Regional no ano de 2011.

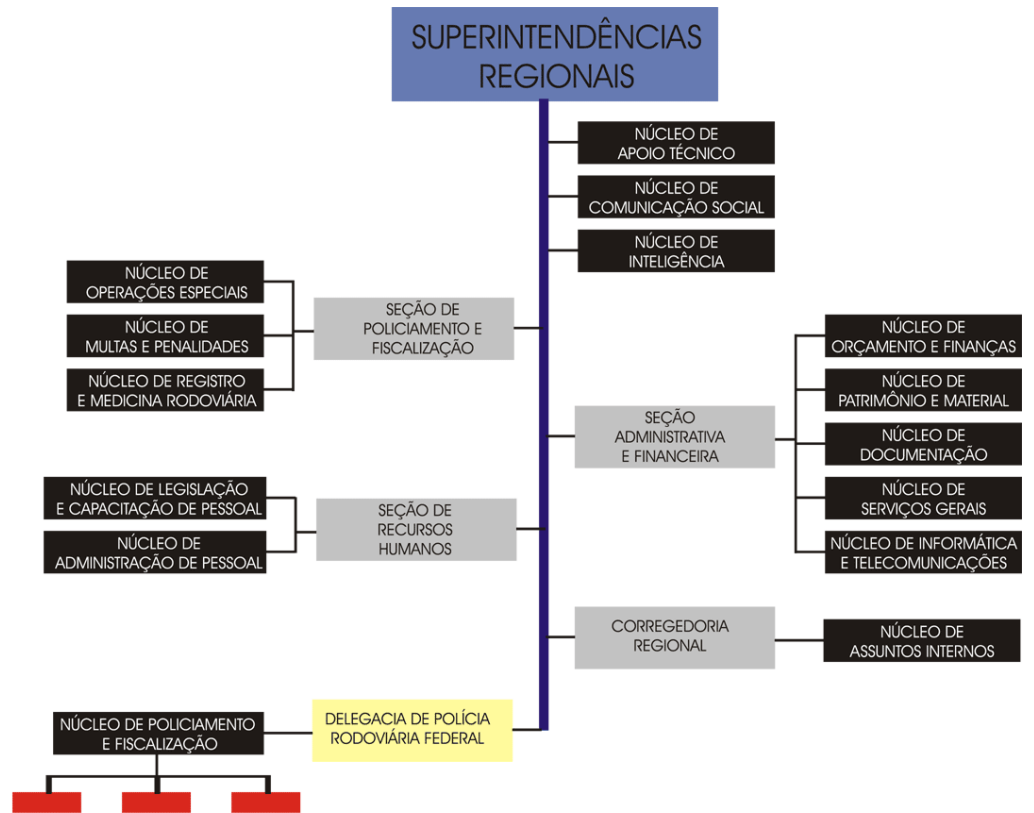
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	13
1.IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	13
2.PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	14
2.1.RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA Rodoviária Federal....	15
2.1.1.Competência Institucional.....	15
2.1.2.Objetivos Estratégicos.....	16
2.2.ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	
.....	17
2.2.1.Análise do andamento do Plano Estratégico.....	17
2.2.2.Análise do Plano de Ação referente ao exercício 2011.....	17
2.3.PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	18
2.3.1.Execução dos Programas de Governo.....	19
2.3.1.1.Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	19
2.3.1.1.1 Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	20
2.3.1.1.2 Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal	20
2.3.1.1.3 Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades.....	21
2.3.1.1.4 Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação	21
2.3.1.1.5 Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária	22
2.3.1.2.Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	22
2.3.1.2.1 Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal	24
2.3.1.2.2 Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	24
2.3.1.2.3 Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.....	25
2.3.1.2.4 Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....	25
2.3.1.2.5 Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	26
2.3.1.2.6 Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	26
2.3.1.2.7 Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....	27
2.3.1.2.8 Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....	27
2.3.1.2.9 Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....	27
2.3.1.3.Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	28
2.3.1.3.1 Ação 2000 – Administração da unidade.....	29
2.3.1.3.2 Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	
.....	29
2.3.1.3.3 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	30
2.3.1.3.4 Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados.....	30
2.3.1.3.5 Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.....	30
2.3.1.3.6 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de	
previdência dos servidores públicos federais.....	31
2.3.1.3.7 Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos	31
2.3.2.Execução Física das ações realizadas pelo DPRF.....	32
2.3.2.1.Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ	35
2.4.DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	52
2.4.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	53
2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação: ...	54
2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	54
2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	55
2.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	55
2.4.2.4 Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	56
2.4.3.Indicadores Institucionais.....	61
3.INFORMAÇÕES SOBRE A O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	62
4.INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE	

EXERCÍCIO ANTERIORES.....	62
4.1.PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	63
5.INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	64
5.1.COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVO.....	64
5.2.COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	67
5.3.COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	68
5.4.QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS.....	69
5.5.CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	71
5.6.INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	7
6.INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2011.	84
7.DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV.....	85
8.INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	86
9.INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.	87
10.INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	89
11.INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO DPRF.....	91
11.1.DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO;	91
11.2.DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS;	91
11.3.DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ;.....	92
12.INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.	93
13.INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	95
14.INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	95
15.INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	95
15.1.DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	95
15.2.DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	95
15.3.RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	95
15.4.RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	96
16.INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	96
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	97
17.DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO DPRF.....	97

ANEXO I98

I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010), relativamente ao exercício de 2011. Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2011 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

**ROSEMBERG ALVES DE MEDEIROS
SUPERINTENDENTE REGIONAL**

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO II - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 15º SRPRF/RN			
Código SIORG: 0316	Código LOA: 00704	Código SIAFI: 200123	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(84) 4009-1550	(84) 4009-1560	(84) 4009-1561
E-mail: sup.rn@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Nascimento de Castro, 1540, Lagoa Nova, CEP 59056-450, Natal/RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200123	15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		200123	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão do orçamento consignado a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é concentrada na Unidade Orçamentária localizada no DPRF, Sede sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, com a execução efetuada pelas 28 Unidades Gestoras.

A elaboração da proposta orçamentária resulta da identificação e levantamento das necessidades junto às diversas áreas do Departamento a partir das diretrizes estabelecidas pela Administração Central. Reiteradamente os limites consignados ao Órgão são insuficientes para contemplar o atendimento das demandas, conforme restará demonstrado ao final deste capítulo.

Visando otimizar a execução orçamentária, a área administrativa e financeira vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação.

Assim, diversas ações estão em andamento, as quais estão conjugadas em 09 objetivos estratégicos, conforme segue:

- Unidades Centralizadoras de Compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, o que resulta em menor custo de aquisição face ao ganho de escala;
- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;
- Catálogo de materiais: estabelecimento de catálogo de materiais contemplando, dentre outras informações, a codificação do bem, a descrição sucinta, a descrição detalhada, a especificação técnica, informações sobre estoque e ressurgimento, etc;
- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução do orçamento;
- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia de identificação de necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da proposta orçamentária visando subsidiar o encaminhamento das demandas ao Ministério da Justiça;
- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;
- Sistema de gestão: adotar ferramenta informatizada de gestão administrativa e de recursos humanos visando centralizar os dados da gestão e digitalizar procedimentos, o que resultará em melhoria do tempo de resposta às demandas da atividade finalística.
- Planejamento Estratégico: instrumentalizar a Instituição dos meios de gestão para o estabelecimento dos parâmetros que vão direcionar a atuação da PRF, na condução da liderança, assim como o controle das atividades.
- Ações para grandes eventos: integrar e articular em conjunto com o Ministério da Justiça, ações de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

2.1) Responsabilidades institucionais Da Polícia Rodoviária Federal

2.1.1) Competência institucional

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, referenciada pela Carta Magna de 1988, em seu art. 144, estabelece como fator primordial o patrulhamento das rodovias federais, que se estende em mais de 61.000 km de vias nacionais sob sua circunscrição, sendo 1.628,10 Km no estado do Rio Grande do Norte.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 05 Distritos, além de 147 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 400 postos fixos de fiscalização, compreendendo uma estrutura que abrange todo o território nacional. No estado do Rio Grande do Norte a 15ª SRPRF/RN possui uma unidade central sediada em Natal, com 04 sub-unidades administrativas, denominadas delegacias e 08 postos fixos de fiscalização.

O desenvolvimento de suas atribuições constitucionais perpassa por duas principais vertentes: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida.

A 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, unidade administrativa regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal se insere no Sistema de Segurança Pública, juntamente com o Departamento de Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e sua atuação nos Estados e Municípios.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições decorre do modal rodoviário, tendo em vista que esta representa o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade das rodovias do país, de modo presente em todo o país, atuando por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando a preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

A Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas pessoais e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros roubados ou furtados e na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF, a atuação se insere em um conjunto de atribuições de prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade do cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, em relação ao aumento da frota nacional, bem como dos danos decorrentes dos mesmos, evitando que vidas sejam perdidas.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, tendo impacto direto na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, entre outros.

Assim, este Órgão tem buscado ao longo dos anos uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, através da assistência direta e a orientação, através de campanhas educativas e ações junto àqueles que trafegam nas rodovias.

Nesse diapasão é que a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem delineando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, aquelas que requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados federados e entes do Governo Federal também implementem políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação da Instituição tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais órgãos com a sociedade em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à sociedade, beneficiária de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

2.1.2) Objetivos estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido a grande extensão da malha viária do Rio Grande do Norte. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, a exploração sexual infantil, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, contrabando, o descaminho, o transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na PRF.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Além disso, e mais importante, o atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Desta forma, a atuação de PRF busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados na situação social do país são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações de caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistemas de comunicação, capacitação, entre outros.

Os objetivos estratégicos definidos para 2011 foram:

- atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 26,00 acidentes por 10.000 veículos;
- atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,40 mortos por 10.000 veículos;
- iniciar a elaboração do planejamento estratégico DPRF 2011-2016;
- implantação do sistema integrado de gestão;
- participar da elaboração do planejamento estratégico de segurança pública;
- participar da elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Justiça
- acompanhar o projeto de reestruturação do DPRF ao MJ/MPOG
- acompanhar o projeto de lei orgânica do DPRF ao MJ/MPOG

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor, Coordenadores-Gerais, Superintendentes, etc) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc).

Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia Balanced Scorecard alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi apresentado o Mapa estratégico da da PRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício 2011

As principais estratégias da PRF no ano de 2011 foram:

- capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);
- licitação e contratação do projeto de monitoramento de viaturas;
- implementar o projeto de monitoramento de viaturas;
- maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
- dar prosseguimento a obra da Sede do DPRF;
- execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2008;

- implementação de ferramenta informatizada dos procedimentos da área administrativa através dos seguintes módulos: módulo Contratos do Sistema de Patrimônio, Almoxarifado e Contratos – SIPAC.
- capacitação de servidores a fim de habilitar os gestores e técnicos do DPRF a elaborarem o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica utilizando a metodologia Balanced Scorecard alinhada a Gestão por Competências da Polícia Rodoviária Federal.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do DPRF e Execução Física das ações realizadas pelo DPRF. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pelo DPRF e estão disponíveis no relatório de gestão daquela UG, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pelo DPRF na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2011.

No Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para o DPRF foram descentralizados recursos, principalmente, para os seguintes programas:

Tabela I – Programas de Governo

Código	Descrição do Programa	Quantidade de Ações
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	06
0750	Apoio Administrativo	01
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	03
1453	Nacional de Segurança Pública com Cidadania	01

O Objetivo do Programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e as pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

O Objetivo do Programa 1386 é prover a PRF de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Os beneficiários são o DPRF e os usuários de rodovias federais.

O Objetivo do Programa 1453 é enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.

Além da execução de despesas com recursos dos programas de responsabilidade do DPRF, no exercício sob exame, esta Unidade executou despesas com recursos de programas de responsabilidade de outros órgãos da administração, cuja atuação está voltada à garantia de direitos e à segurança pública.

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária

Federal

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			
Tipo de programa		Finalístico			
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública			
Objetivos específicos		1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
Gerente de programa		Hélio Cardoso Dernenne			
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas			
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
76.257.323	83.472.406	64.136.055	37.507.132	26.628.923	36.490.574
Informações sobre os resultados alcançados					
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas					

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	63,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%. Entretanto será necessário o aporte de créditos suplementares para se alavancar os projetos previstos.						

2.3.1.1.1) Ação 1D49 – Construção de edifício-sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.1.2) Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, 2as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

2.3.1.1.4) Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	<p>Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas.</p> <p>Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.</p> <p>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</p>

2.3.1.1.5) Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

2.3.1.2) Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Objetivos específicos	<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</p>
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.

Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
94.194.339	138.453.339	93.488.201	83198922	10.289.279	82.398.968	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador alcançou 108,83%. A força de trabalho e a disponibilidade orçamentária (será melhor comentada no Indicador Taxa de Variação de Acidentes) não permitiu alcançar números melhores. Entretanto os esforços no sentido de combater a alcoolemia e o excesso de velocidade lograram êxito em trabalhar para o atingimento da meta.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	27,13
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador em questão teve o alcance de 95,82%.						
Como relatado na Avaliação do Programa (ano base 2009) a defasagem da força de trabalho (efetivo) e dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes.						
Vale lembrar que a malha policiada subiu de 62.000 Km para aproximadamente 67.000Km.						

É imperiosa a necessidade de completamento da quadro de efetivo legal(13.098 cargos). Atualmente a PRF conta com 9.181 cargos preenchidos.						
Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador ainda não foi aferido. Pretende-se fazê-lo no início do exercício 2011.						

2.3.1.2.1) Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

2.3.1.2.2) Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de

	inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
--	---

2.3.1.2.3) Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

2.3.1.2.4) Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas,

	valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
--	--

2.3.1.2.5) Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

2.3.1.2.6) Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

2.3.1.2.7) Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

2.3.1.2.8) Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

2.3.1.2.9) Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e

	passagens e aquisição de material didático.
--	---

2.3.1.3) Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos específicos		<p>Ação 2000 – Administração da Unidade</p> <p>Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes</p> <p>Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</p> <p>Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</p> <p>Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos</p>			
Gerente de programa		Não Existe			
Gerente Executivo		Não Existe			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe			
Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.352.904.151	1.504.730.474	1.496.249.975	1.487.635.747	8.614.229	1.487.096.926
Informações sobre os resultados alcançados					
Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.					

De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,

2.3.1.3.1) Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

2.3.1.3.2) Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e

	odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
--	--

2.3.1.3.3) Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

2.3.1.3.4) Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou

	refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental..
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro III - Execução Física das ações realizadas pela UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2012</i>
6	181	663	2B11	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Eq. mantido	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	128	663	2524	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor capacitado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	603	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	183	663	2720	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Ação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	2723	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Procediment o realizado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	75	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	183	663	2816	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Operação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	Operações de inteligencia realizadas NUINT	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	4290	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa atendida	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	128	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	86A1	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Multa processada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	452	663	8692	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa capacitada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	10096	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	301	750	2004	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Pessoa beneficiada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
4	365	750	2010	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Criança atendida	A meta física prevista atualmente é apenas p/	A meta física realizada é calculada e	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é

							o órgão central	centralizada pelo órgão central	apenas para o órgão central
4	331	750	2011	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
4	306	750	2012	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200C	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Veículo adquirido	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	1	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0052	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0062	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0066	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	200G-0068	Atividade	3-outras prioridades	obra realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8623	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8623-0058	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central

6	181	1386	8623-0060	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Unidade reformada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	181	1386	8696	Atividade	4-Nenhuma prioridade	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	122	1386	1D49	Projeto	4-Nenhuma prioridade	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	301	750	20CW	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Servidor beneficiado	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
6	183	663	2720	Atividade	4-Nenhuma prioridade	Ação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas p/ o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central

Fonte:CGA/DPRF

2.3.2.1) Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

Análise Crítica

AÇÃO 2524

Em 2011 foram contabilizados (49) quarenta e nove participações em eventos, tendo a participação de (177) cento e setenta e sete servidores. Em 2010 foram (106) cento seis eventos e (603) seiscentos e três servidores. Em termos absolutos houve uma redução de -51,94% ($49 \cdot 100 / 106$) - nas ações de Treinamento e Desenvolvimento e uma queda de -70,6% (177/603) a menos de servidores capacitados. Como possíveis causas da redução drástica podemos apontar: o estabelecimento de, no âmbito do poder executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas de diárias, passagens, locomoção no exercício financeiro de 2011, corte significativo nos recursos de capacitação, que foram firmados em 25% de nossa pretensão (DPRF) inicial em termos de orçamento ideal para atendimento pleno de todas as demandas, mudança de prioridade por parte do DPRF ao canalizar todos os recursos orçamentários, financeiros e humanos para o curso de formação policial – CFP 2011 e complementar, mudanças no comando geral da PRF, que culminou com 416 mudanças de chefias em todo DPRF até o momento, baixo efetivo, entre outras.

AÇÃO 2723

A 15ªSRPRF, através da SPF direcionou seus trabalhos na atividade finalística buscando atender as metas impostas no PPA 2008-2011, ou seja, atingir as metas de acidentes, mortos e os índices de percepção de segurança.

Partindo dessas diretrizes macro, e observando as orientações contidas nas normativas internas do DPRF, e ainda buscando atender as necessidades locais, a 15ªSRPRF desenvolveu no final de 2010 o planejamento operacional para 2011, constando nesse diversas ações.

A principal dificuldade certamente da execução do planejamento no primeiro semestre foi sem dúvida a transição do comando do órgão no cenário nacional e principalmente no estado. A mudança ocorreu em meio a movimentos políticos internos, fazendo com que desacelerasse a execução das ações planejadas, repercutindo diretamente nos resultados desse período.

Mesmo com as mudanças realizadas ainda no final do primeiro semestre, o efetivo demorou um pouco a reagir e começar a realizar as ações diárias.

Apesar das dificuldades já apresentadas, houve um aumento na quantidade de prisões de 2%, passando de 1370 em 2010, para 1396 pessoas presas em 2011, sendo cerca de 40% dessas por cometimento de crimes de menor potencial ofensivo. Em relação aos autos de infração aplicados, passou de 36.663 em 2010 para 46.504 em 2011, ou seja, um aumento de 26,80%.

Como destacado, cerca de 60% da atuação da 15ªSRPRF ocorreu no segundo semestre, o que certamente colaborou para o atingimento das metas de mortalidade e de acidentes nesse período. No primeiro semestre, a 15ªSRPRF atingiu as metas de mortalidade apenas nos meses de abril e junho, e não atingiu a meta em nenhum mês da quantidade de acidentes. Já no segundo

semestre, as metas de mortalidade foram atingidas em todos os meses, e a meta de acidentes nos meses de setembro e dezembro.

Em meados do segundo semestre o Governo Federal apresentou ao Ministério da justiça preocupação com os índices crescentes da violência no trânsito, o MJ por sua vez delegou ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF a construção de plano, contendo diretrizes para a redução da violência no trânsito.

As diretrizes formuladas e encaminhadas pelo DPRF às regionais no final de 2011, com o objetivo de reduzir a gravidade dos acidentes, colaborou significativamente para os resultados dos meses de novembro e dezembro.

O maior exemplo foi a Operação RODOVIDA, nome dado a Operação que se desenvolveu entre 16 de dezembro de 2011 a 27 de fevereiro de 2012, e que teve como eixos de atuação a intensificação da fiscalização de motocicletas, ciclomotores e motonetas, combate as ultrapassagens indevidas, combate ao consumo de bebida alcoólica pelos motoristas, e por último, mas não menos importante o combate ao excesso de velocidade.

Seguindo as diretrizes encaminhadas pelo DPRF a 15ªSRPRF diminuiu significativamente a gravidade dos acidentes.

Outro ator importante na obtenção da redução da gravidade dos acidentes foi a Polícia Rodoviária Estadual que internalizou os direcionamentos repassados pela 15ªSRPRF, principalmente no tocante ao combate a embriaguez. Foram realizadas três reuniões provocadas por esta regional para apresentar as diretrizes do Governo Federal e repassar como se desenvolveria as atividades no Estado.

Natureza das Operações

Esta regional vem desenvolvendo operações de várias espécies e com finalidades distintas, inclusive integrando-se a outros órgãos na realização de ações de sua iniciativa própria ou destes órgãos, como Polícia Militar, Civil, Federal, Secretaria de Tributação do RN, Receita Federal, IBAMA, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, entre outros.

A atuação da regional se deu basicamente em duas vertentes: Operações relacionadas à segurança do trânsito e as relacionadas ao combate à criminalidade. No primeiro estão os comandos específicos de controle de velocidade, combate à embriaguez ao volante, de fiscalização do transporte de produtos perigosos, excesso de peso, de fiscalização do transporte interestadual de passageiros e de cargas, combate ao excesso de velocidade, combate as ultrapassagens indevidas, intensificação da fiscalização de motocicletas, ciclomotores e motonetas, entre outros.

No segundo grupo podemos destacar as operações mais direcionadas ao combate ao tráfico de drogas, furto e roubo de veículos e carga, contrabando e descaminho, combate a exploração sexual infantil, o aliciamento de trabalhadores, combate aos crimes de menor potencial ofensivo, em especial os crimes de trânsito, entre outras. As análises mais aprofundadas estarão a seguir nos itens que tratam Dos Acidentes de Trânsito e Do Combate à Criminalidade.

Da Segurança no Trânsito

As ações desenvolvidas na área operacional tem como objetivo principal a redução da gravidade dos acidentes de trânsito, e foi nesse sentido que norteamos as ações no ano de 2011, principalmente no segundo semestre, já que os seis primeiros meses do ano a regional passou por mudanças na gestão, inclusive o chefe dessa Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF.

As diretrizes traçadas no âmbito da regional para a redução da gravidade dos acidentes seguiram as linhas norteadoras do DPRF, ou seja, a intensificação da fiscalização do excesso de velocidade, o combate a embriaguez, combate as ultrapassagens indevidas e a intensificação da fiscalização das motocicletas, motonetas e ciclomotores.

De acordo com as estatísticas, a intensificação da fiscalização nesses eixos expostos acima foram determinantes para frear o aumento na quantidade de mortos e feridos graves, principal objetivo da fiscalização.

Além das ações de fiscalização, buscou-se junto ao DNIT a adoção de melhoria na estrutura viária de determinados intervalos críticos, os quais somente com a fiscalização não tinha condições de reduzir a gravidade dos acidentes. Ainda em relação ao tema estrutura viária, destaque-se que os locais com maior índice de acidentes graves tem deficiência na Engenharia, ou em virtude do aumento da frota ou mesmo na sua concepção original.

Algumas medidas de gestão foram adotadas para a intensificação da fiscalização no segundo semestre, dentre as quais destacamos:

- Realização de duas reuniões com todos os Adjuntos (policiais responsáveis pela coordenação das equipes durante o dia de serviço), fato que não havia ocorrido ainda na regional, e se mostrou bastante eficiente, com o repasse de informações úteis e compartilhamento da responsabilidades na obtenção dos resultados que deveriam ser alcançados;

- Incentivo a criação de equipes mobilizáveis – a regional passa por problemas sérios de geração de horas extras, que são acumuladas a partir da participação dos policiais em operações. Pelo fato do efetivo reduzido, as horas acumuladas nas operações na maioria das vezes não são compensadas imediatamente após a ação. Com o estímulo as equipes mobilizáveis, que nada mais é do que a saída dos policiais da escala de serviço para atuar à disposição de um planejamento da regional, o qual é elaborado para não ultrapassar as quarenta horas de trabalho semanal, fato que não ocorria anteriormente, pois o policial encerrava sua jornada de trabalho, tinha um descanso e em seguida seguia para cumprir algum planejamento, retornando em seguida para atuar novamente na escala de serviço, gerando horas a mais e principalmente gerando um desgaste físico comprometendo a segurança do policial.

- Gestão dos bafômetros – a SPF absorveu a responsabilidade de gerir os bafômetros, diferentemente do que ocorria, pois os equipamentos eram patrimoniados nas delegacias, ocorrendo por vezes o vencimento das aferições de todos equipamentos de uma só vez. No formato atual, os equipamentos foram divididos em três grupos por datas de aferição, em seguida estipulou-se uma quantidade mínima de equipamentos por cada Delegacia/NOE, e sempre que algum equipamento fosse danificado ou mesmo a data de aferição vencida, o equipamento foi repostado.

- Gestão radar fotográfico – o equipamento apesar de operar em alguns meses, tem apresentado constantes problemas, tornando seu uso uma tarefa quase impossível num intervalo de trinta dias.

- Elaboração de um planejamento constando dia, horário, local, efetivo, ação a ser desenvolvida em comum acordo com as Delegacias/NOE.

- Monitoramento pela CIOP do planejamento citado acima, e ainda acompanhamento pela CIOP do horário de rendição do efetivo, gerando uma maior sensação de controle, servindo de auxílio aos chefes de Delegacias, já que a CIOP é o único setor na regional que funciona ininterruptamente e que tem conhecimento ou ao menos noção do que ocorre em todo o Estado.

Dados Comparativos

Dos Anos de 2009, 2010 com o ano de 2011

Tabela II – Comparativo dos Dados Operacionais

Áreas	Indicador	2009	2010	Var %	2011	Var %
Ações de Trânsito	Autuações CTB e PP	35574	36663	3,06%	46504	26,84%
	Autuações FTPASCAR	244	149	-38,93%	78	-47,65%
	Autuações RNTRC	899	432	-51,95%	752	74,07%
	Veículos Fiscalizados	165421	132589	-19,85%	117100	-11,68%
	Imagens de Radar	29405	8933	-69,62%	16357	83,11%
	Testes de Etilômetro	26288	41704	58,64%	20576	-50,66%
	Retenções	1711	1389	-18,82%	1166	-16,05%
	Recolhimento de CNH	1191	1901	59,61%	1518	-20,15%
	Apreensão de Animais Soltos na Rodovia	1054	1368	29,79%	1442	5,41%
	CRLV's Recolhidos	6956	4757	-31,61%	3567	-25,02%
	Crimes de Trânsito	763	882	15,60%	818	-7,26%
	Combate a Criminalidade (Apreensões)	Pessoas Consultadas*	29285	49253	68,19%	25124
Disco compacto (un)		154738	2050	-98,68%	22470	996,10%
Cigarros (Pacotes)		11127	0	-100,00%	4215	-
Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)		699	1125	60,94%	2272	101,96%
Armas de Fogo		51	74	45,10%	64	-13,51%
Munições		754	1983	163,00%	5	-99,75%
Pessoas Detidas		1224	1370	11,93%	1438	4,96%
Combustível Recurado (L)		460	0	-100,00%	0	-
Veículos Recuperados		103	107	3,88%	114	6,54%
Carvão (m3)		32	10	-68,75%	20	100,00%
Madeira (m3)		4152	478	-88,49%	315	-34,10%
Pescados (kg)		1706	0	-100,00%	0	-
Combate ao Tráfico de Drogas	Cocaína Apreendida (g)	33535	3682	-89,02%	17025	362,38%
	Maconha (g)	9732	76245	683,45%	701742	820,38%
	Crack (g)	12368	30253	144,61%	26909	-11,05%
Crianças / Adolescentes	Criança Encaminhada	8	7	-12,50%	30	328,57%
	Adolescente Apreendido	63	25	-60,32%	17	-32,00%
Outros Serviços	Auxílios a Usuários	1351	677	-49,89%	500	-26,14%
	Auxílios a Outros Órgãos (DER, Ibama, PF, etc)	233	194	-16,74%	238	22,68%
	Serviços de Escolta, inclusive a Autoridades	154	125	-18,83%	162	29,60%
	Palestras sobre Educação para o Trânsito (número de participantes)	4672	9276	98,54%	2290	-75,31%

Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

No ano de 2011 foram registrados nas rodovias federais do Rio Grande do Norte 4081 acidentes, dos quais resultaram 183 mortos, 2144 feridos, sendo 649 feridos graves e 1495 feridos leves. Comparando esses dados com os anos anteriores, verificou-se um acréscimo no número de acidentes e feridos em relação a 2010, de 3,7%, no entanto, o número de mortos teve uma redução que consideramos significativa, da ordem de 5,7%, o que demonstra uma redução do percentual de acidentes graves, que têm impacto mais negativo na sociedade.

A Tabela abaixo apresenta os números de acidentes, feridos e mortos dos anos de 2009, 2010 e 2011, onde se pode perceber um aumento considerável dos índices entre 2009 e 2010, mas que de 2010 para 2011 mantiveram-se estáveis, inclusive com a redução absoluta do número de mortos.

Tabela III – Comparativo dos Acidentes

Ano do Acidente	Acidentes	Mortos	Feridos
2009	3315	140	1683
2010	3935	194	2031
2011	4081	183	2144

(Fonte SIGER/DPRF-MJ).

Análise qualitativa dos Acidentes

Acidentes por Delegacia

A distribuição dos acidentes por delegacia está descrita na Tabela a seguir. Os números da 3ª Delegacia, embora menores em valores absolutos, são os maiores da Regional em termos proporcionais. O indicador de gravidade criado na tabela mencionada mostra que na mencionada Delegacia ocorreram aproximadamente 12 mortes para cada 100 acidentes, o que é cinco vezes maior que o da 1ª Delegacia, com 03 mortes por cada 100 acidentes.

Tabela IV - Acidentes, feridos e mortos por delegacia em 2011.

Delegacia	Acidentes	Feridos	Mortos	IG*
DEL.01 - Delegacia de Macaíba	2393	952	68	2,8
DEL.02 - Delegacia de C. Mirim	659	338	31	4,7
DEL.03 - Delegacia de C. Novos	239	245	28	11,7
DEL.04 - Delegacia de Mossoró	777	598	55	7,1

*IG – Indicador de gravidade (mortos por 100 acidentes).

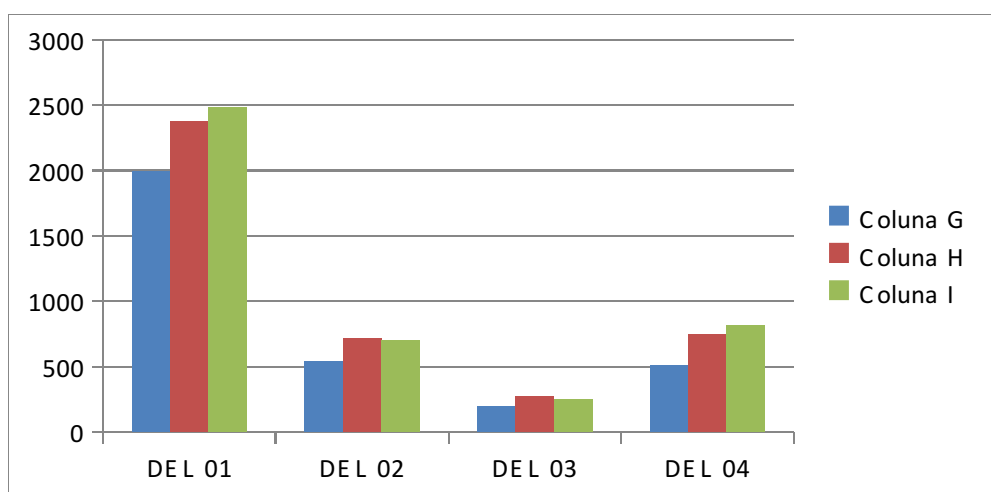
Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

A gravidade dos acidentes nos trechos de rodovia da 3ª Delegacia estão relacionadas, especialmente, ao aumento da frota de veículos e à sua estrutura viária, composta de trechos sinuosos em pista simples, com poucos locais de ultrapassagens.

Os Gráficos a seguir mostram a evolução do número de acidentes e de mortos, respectivamente, por delegacia nos últimos três anos. Como se pode perceber, inclusive como já mencionado no início desse capítulo, o total de acidentes vem crescendo, com exceção das 2ª e 3ª Delegacias, que registraram uma redução de 2,2% e 7,8% em relação ao ano anterior, respectivamente.

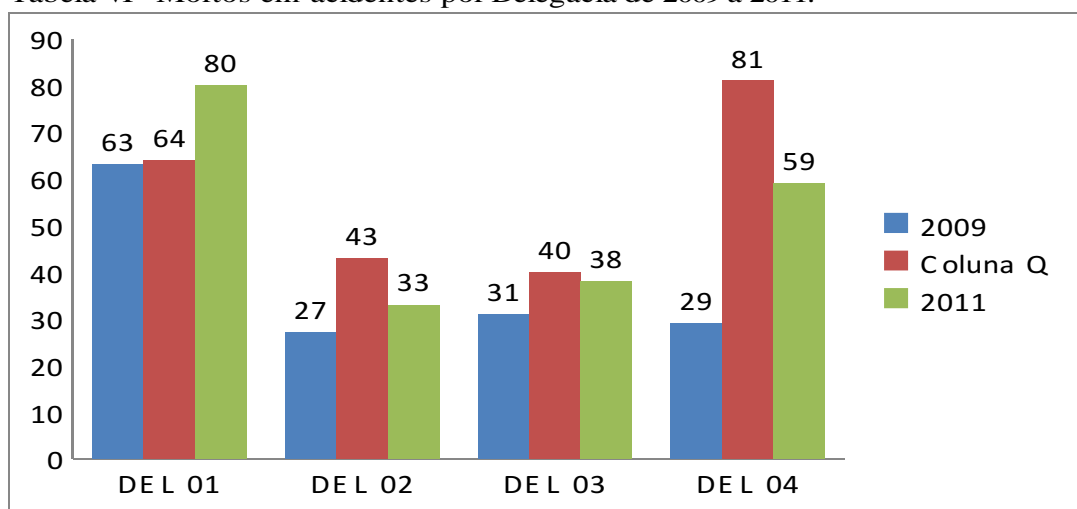
Com relação ao número de mortos os resultados foram bastante satisfatórios, com redução no número global, e em três das quatro delegacias, ficando a exceção por conta da 1ª Delegacia, onde houve um acréscimo de 25,9% em relação a 2010, saltando de 54 para 68 mortes no ano. A maior redução ocorreu na 4ª Delegacia, da ordem de 24%.

Tabela V - Acidentes por Delegacia de 2009 a 2011.



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Tabela VI - Mortos em acidentes por Delegacia de 2009 a 2011.



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Acidentes por rodovia

A contribuição das diversas rodovias que cortam o Estado para o número global de acidentes, feridos e mortos não tem variado significativamente ao longo dos três últimos anos, muito embora haja variações que podem indicar uma tendência para os próximos anos, como mostra a Tabela a seguir.

Tabela VII. Contribuição percentual das rodovias para o número total de acidentes, feridos e mortos.

RODOVIA	ACIDENTES			MORTOS			FERIDOS	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010
101	60%	58%	58%	27%	20%	23%	46%	39%
110	4%	4%	5%	2%	4%	3%	5%	6%
226	6%	8%	9%	21%	17%	25%	10%	14%
304	21%	19%	18%	29%	25%	24%	26%	24%
405	2%	3%	4%	5%	16%	10%	4%	4%
406	4%	5%	5%	11%	12%	12%	6%	9%
427	3%	3%	2%	5%	6%	3%	4%	5%

Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Como já mencionado, observa-se que as BR 101 e 304 vêm reduzindo sua contribuição no número de feridos e mortos (7 e 4 pontos percentuais na 101, e 4 e 5 pontos na 304), mas em termos de quantidade de acidentes, a participação dessas rodovias variou pouco. Ao contrário disso, as BR 226 e 405 têm aumentado sua contribuição para o número de acidentes, feridos e mortos nos últimos três anos. No caso da BR 226, de 2009 a 2011, o percentual de acidentes foi de 6% para 9%, o de mortos saltou de 21% para 25%, e o de feridos de 10% para 13% (percentuais em relação aos números totais da regional).

Acidentes por Tipo

Na tabela a seguir apresenta a distribuição de acidentes por tipo ocorridos em 2011, aparecendo como tipos mais comuns as colisões traseiras, laterais e transversais. Na última coluna da citada tabela está a proporção de mortos por tipo de acidente, classificados dos acidentes com maior incidência de óbitos para os menos graves.

Tabela VIII. Acidentes por tipo com índice de fatalidade.

Descrição Tipo Acidente	Acidentes	Mortos	Mortos/100 acidentes
Colisão frontal	146	48	33
Atropelamento de pessoa	129	32	25

15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

Colisão com bicicleta	50	10	20
Queda de motocicleta / bicicleta / veiculo	117	9	8
Capotamento	223	13	6
Colisão Transversal	557	31	6
Colisão com objeto móvel	19	1	5
Saída de Pista	144	5	3
Colisão com objeto fixo	128	4	3
Atropelamento de animal	146	4	3
Colisão lateral	746	11	1
Colisão traseira	1560	15	1
Tombamento	89	0	-
Danos Eventuais	16	0	-
Incêndio	7	0	-
Derramamento de Carga	4	0	-

Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

A seguir, complementando as informações da tabela anterior, temos na Tabela a seguir, a evolução dos acidentes por tipo, de 2009 a 2011. Como se pode depreender dos dados dessa tabela, houve uma redução significativa dos atropelamentos de animais e de pessoas (25% e 13%), sendo que o segundo tipo contribuiu de forma mais efetiva para a redução do número de mortes, haja vista o elevado índice de fatalidade nesse tipo de acidente.

Tabela IX. Acidentes por tipo entre 2009 e 2011.

Descrição Tipo Acidente	Quantidade de Acidentes por Tipo		
	2009	2010	2011
Atropelamento de animal	115	195	146
Atropelamento de pessoa	113	148	129
Capotamento	173	218	223
Colisão Transversal	521	600	557
Colisão com bicicleta	58	55	50

Colisão com objeto fixo	92	113	128
Colisão com objeto móvel	13	22	19
Colisão frontal	107	146	146
Colisão lateral	561	685	746
Colisão traseira	1239	1440	1560
Danos Eventuais	10	8	16
Derramamento de Carga	8	7	4
Incêndio	10	7	7
Queda de motocicleta / bicicleta / veiculo	64	77	117
Saída de Pista	158	139	144
Tombamento	73	75	89

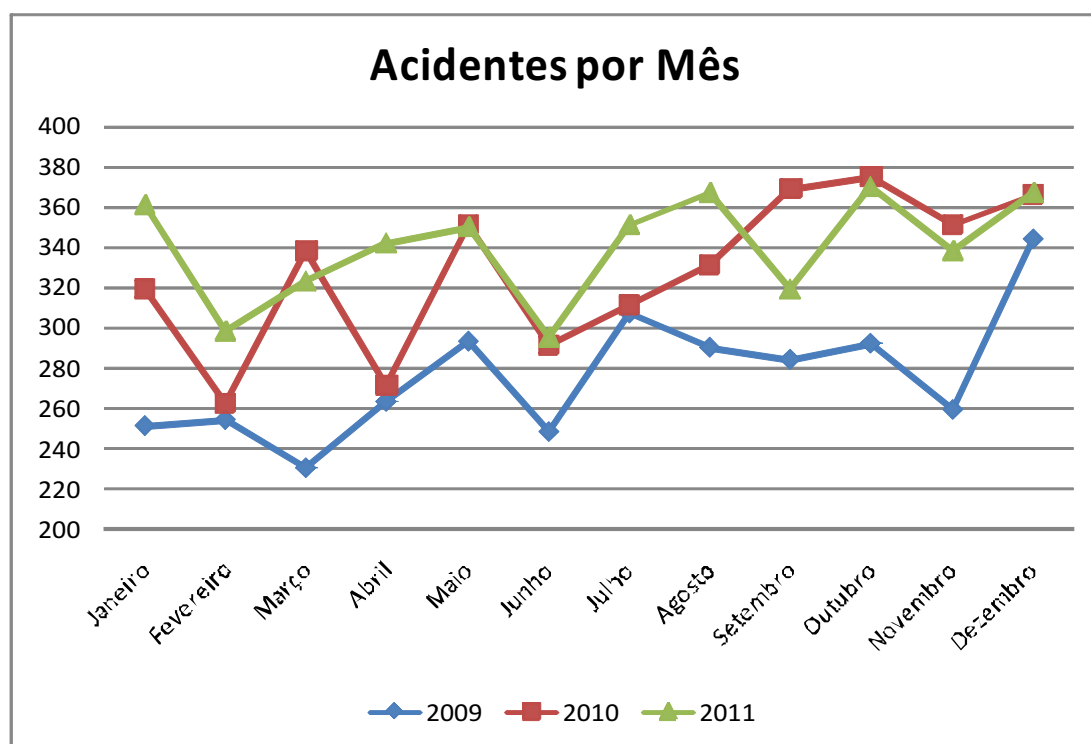
Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Acidentes e Mortes por Mês

Os Gráficos 03 e 04 a seguir mostram a variação de acidentes e mortes ao longo dos meses do ano, entre 2009 e 2011. Como se pode perceber no Gráfico 03, o comportamento da variação de acidentes se assemelha nos anos de 2009 e 2011, mas destoa na maioria dos meses em relação a 2010. Nesse ano, aliás, entre os meses de janeiro e junho os acidentes variaram intensamente, diferentemente do padrão dos outros anos.

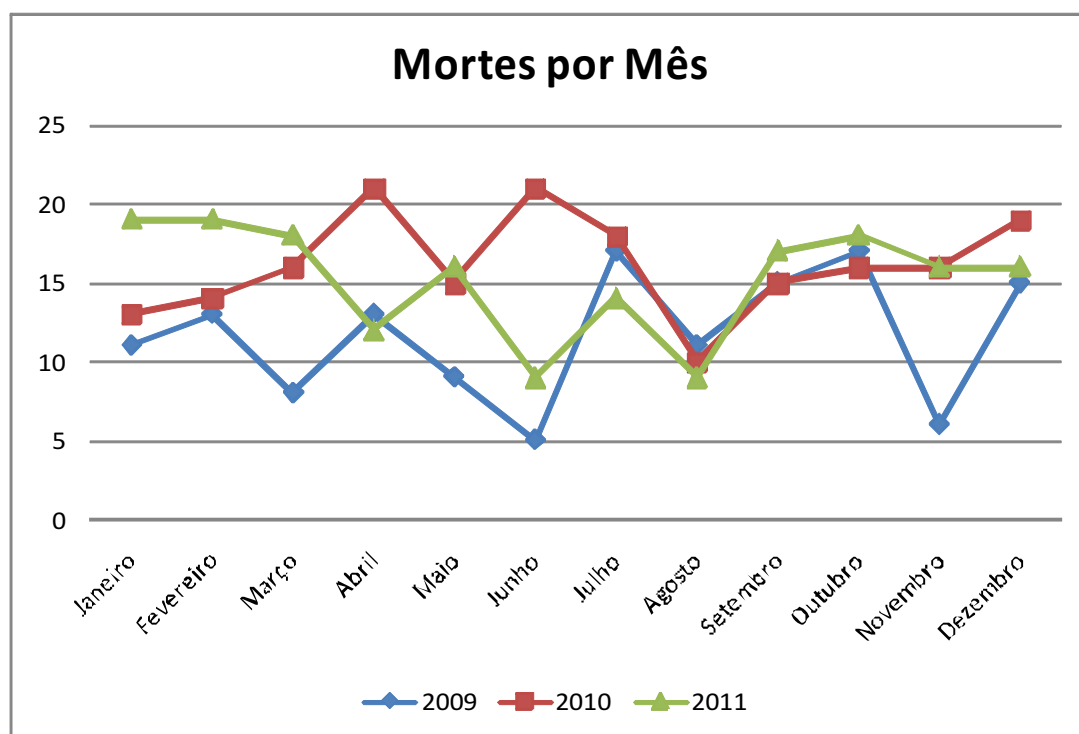
Com relação ao número de mortes, ocorreu a mesma semelhança entre o comportamento de 2009 e 2011, tendo 2010 destoado desse padrão, como no caso dos acidentes. Entre março e junho de 2010, nos meses como mais acidentes, ocorreram menos mortes, ou seja, não manteve uma proporção observada nos demais meses e nos outros anos em análise.

Tabela X. Variação de acidentes por mês.



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Tabela XI. Variação de mortes por mês.



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Metas de Taxa de Acidentes e Mortalidade

Os indicadores de Taxa de Variação de Acidentes e de Mortes para a 15ª SRPRF/RN foram estabelecidas nos Anexos B e C da Portaria n.º 28/2011, do Diretor-Geral do DPRF/MJ. Para o ano de 2011, a meta estipulada para a regional, com base no número de acidentes de exercícios anteriores foi de 54,649 acidentes por um milhão de veículos, considerando-se a variação da frota nacional, e 3,021 mortos por um milhão de veículos.

Conforme dados levantados a partir do SIGER, o número de acidentes ocorridos nas rodovias federais sob na circunscrição desta regional foi de 4.068, para uma frota nacional de 70.543.535 veículos, resultando num valor de 57,66 acidentes por um milhão de veículos. Comparado à meta estabelecida de 54,649, verifica-se que foi atingida 94,8% da meta proposta para a regional.

Quanto a meta de taxa de variação de mortalidade, foram registradas, conforme dados do SIGER, 182 mortes em acidentes de trânsito nas rodovias federais do Rio Grande do Norte em 2011, numa taxa de 2,58 mortes por um milhão de veículos. Como a meta estabelecida foi de 3,02 mortes por um milhão de veículos, a 15ª SRPRF/RN atingiu 117,09% da meta.

Do Combate a Criminalidade

A Polícia Rodoviária Federal vem direcionando sua atuação também para o combate à criminalidade, através das operações especiais desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais, em conjunto com as Delegacias da regional.

Durante o exercício de 2011, a capacidade de execução de ações de combate ao crime foram reduzidas na regional em virtude do direcionamento de policiais para a região de fronteira onde se desenvolveu durante todo o segundo semestre a Operação Sentinela. Além desta, outras várias ações foram desenvolvidas pelo DPRF nas diversas regionais, dentre elas as de combate aos crimes e ilícitos ambientais, de cumprimento de mandados de prisão e apreensão, combate ao roubo/furto de veículos.

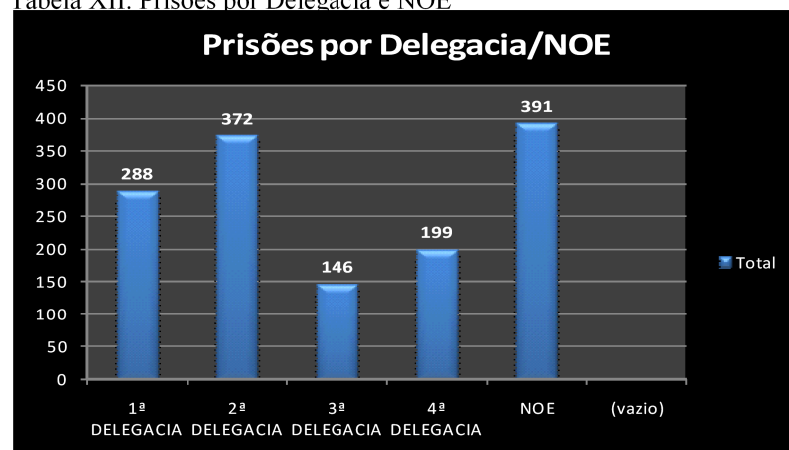
Alguns policiais da área operacional em determinados momentos apoiaram ações da inteligência, desfalcando ainda mais a atividade finalística, embora na oportunidade foi de extrema importância.

Na regional durante o segundo semestre foi dado ênfase no combate aos crimes ambientais, mas realizou-se ações de combate ao roubo/furto de veículos, combate ao tráfico de drogas, combate aos crimes de trânsito, entre outras.

Cabe destacar que em 2011 policiais rodoviários federais em conjunto com policiais federais realizaram a maior apreensão de drogas do Estado do Rio Grande do Norte

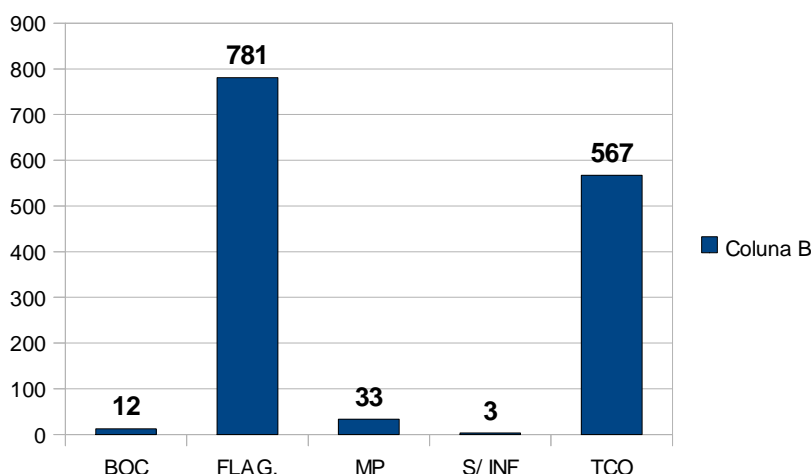
Resultados de 2011

Tabela XII. Prisões por Delegacia e NOE



O total de prisões em 2011 foi de 1.396, distribuídos nas unidades operacionais de acordo com o gráfico abaixo. Em 2010 foram 1.370 prisões, ou seja, um acréscimo de 2% de 2011 em relação a 2010, mesmo diante das dificuldades já apresentadas.

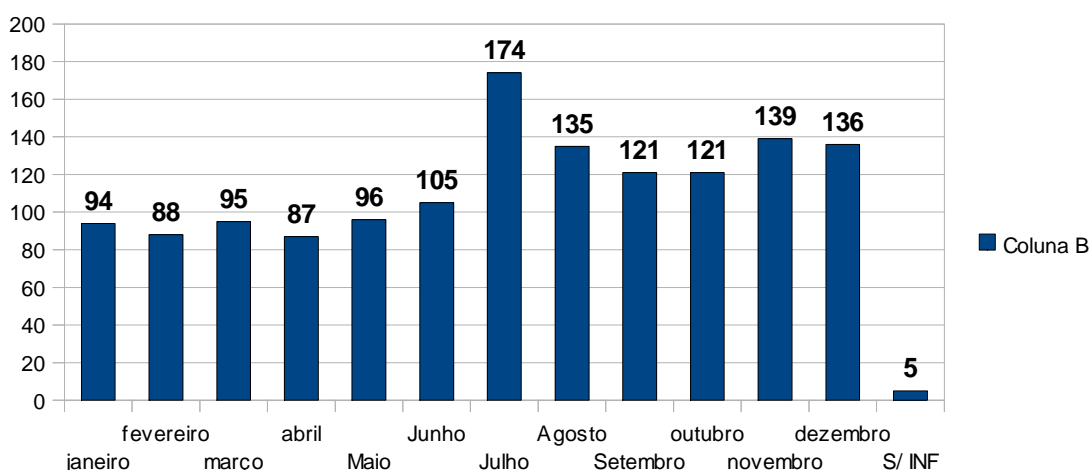
Tabela XIII. Prisões e Apreensões



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Das 1.396 prisões ocorridas em 2011, observa-se que 40% foram pela prática de crimes de menor potencial ofensivo, e o que certamente motivou essa quantidade elevada é o Termo de Cooperação Técnica Existente entre a 15ªSRPRF e o Ministério Público Estadual; As apreensões ocorridas foram num total de 12(doze) de crianças e adolescentes; Das 781 pessoas presas em flagrante delito, mas de 500 foram por dirigir sob influência de álcool.

Tabela XIV. Prisões por mês

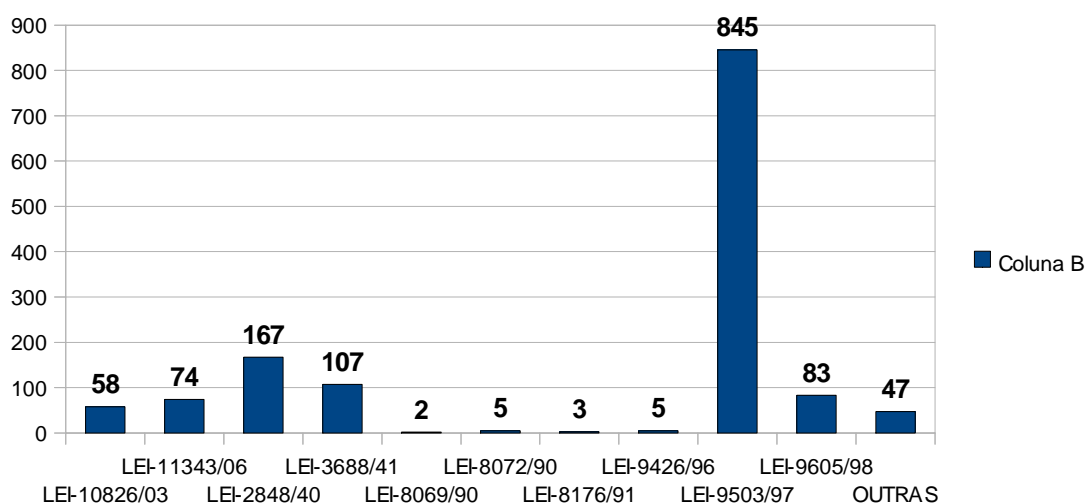


Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Observa-se de acordo com o gráfico acima, que, durante o primeiro semestre a quantidade de prisões foi bem inferior aos últimos seis meses, ou seja, o primeiro semestre de atividade foi responsável por 40% das prisões, enquanto o segundo semestre respondeu por 60% das prisões; O primeiro semestre foi marcado por paralisações do efetivo, motivação esta que tinha como objetivo

a saída do Superintendente em exercício, o que ocorreu em abril de 2011, assumindo o atual superintendente somente em maio.

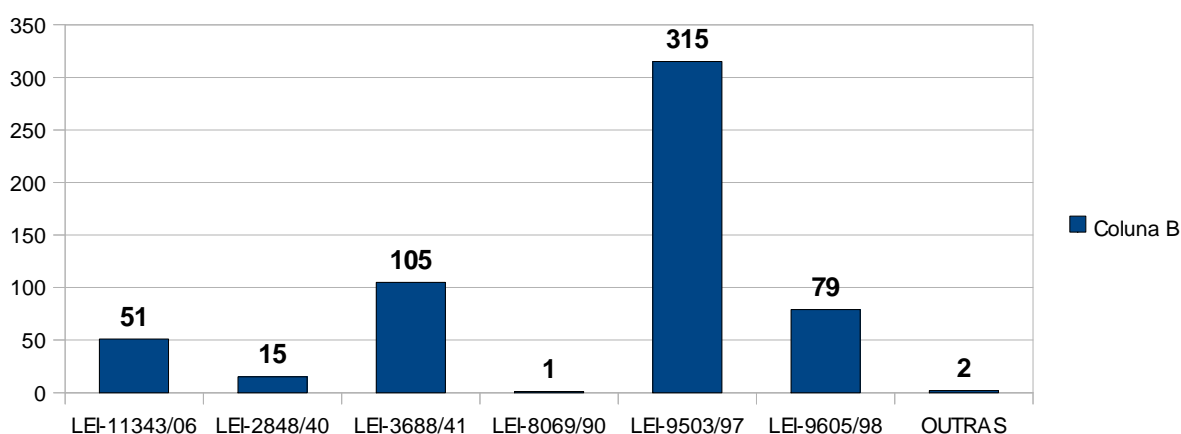
Tabela XV. Prisões de acordo com a legislação



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Observa-se que das 1.396 prisões ocorridas em 2011, 845 foram por crimes de trânsito, 167 por descumprimento ao Código Penal Brasileiro, 107 por Contravenções Penais, 58 por porte ilegal de arma de fogo, 83 por crimes ambientais, 74 por tráfico ou uso de drogas ilícitas, entre outras; A ênfase como se repete todos os anos foi no combate aos crimes de trânsito, em especial o combate a embriaguez ao volante que se mostra como um agravante nos acidentes de maior gravidade.

Tabela XVI. Prisões de Menor Potencial Ofensivo

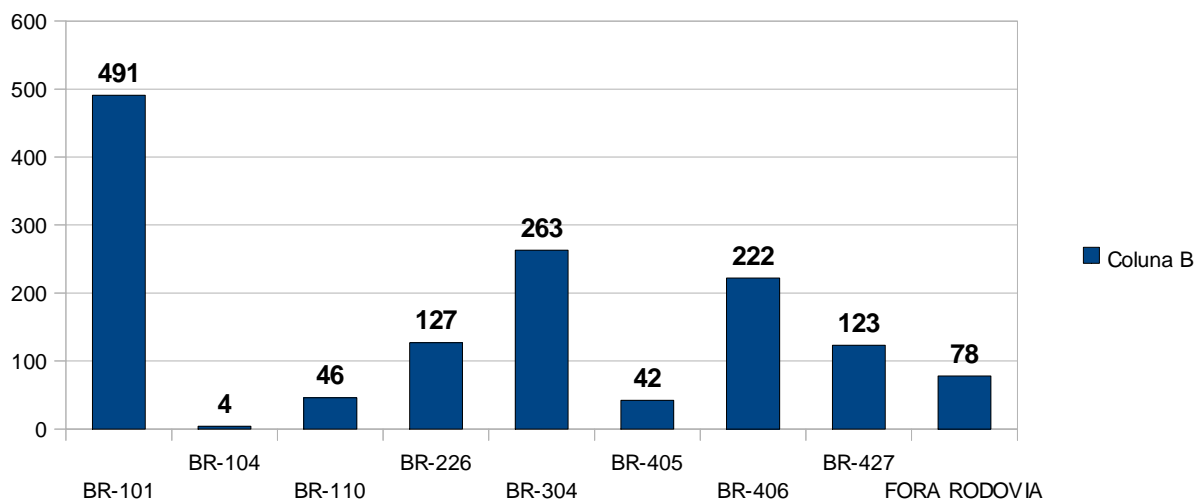


Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

A maioria das prisões de menor potencial ofensivo foi por crimes de trânsito, em especial o artigo 310 (entregar direção a pessoa sem habilitação), o que certamente contribuiu para inibir a condução de veículos por pessoas sem conhecimento e habilidades para dirigir veículos automotores e motocicletas; Outra informação importante obtida a partir da estatística de criminalidade é das 51 pessoas que foram flagradas consumo droga ilícita ao tempo em que

conduzia veículo, principalmente anfetaminas. A ingestão dessa droga prolonga a jornada de trabalho dos motoristas profissionais, prejudicando sua percepção e reflexo, tendo estes em muitas oportunidade ocasionado acidentes gravíssimos

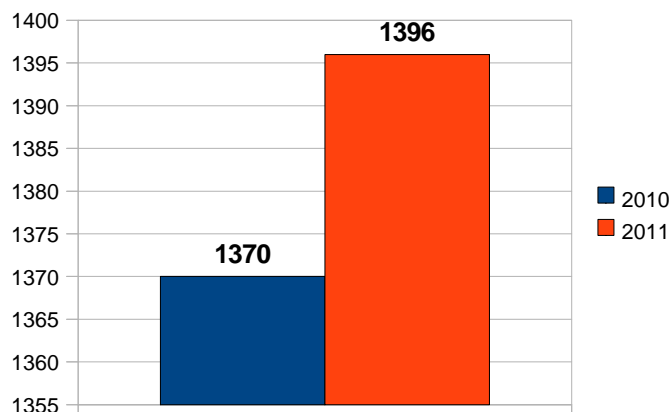
Tabela XVII. Prisões por Rodovia



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

As prisões ocorreram principalmente na BR-101, 304, 406, 226, 427, todas estas com elevados índices de acidentes graves; As BR-101, 304 e 406 foram as rodovias que mais se destacaram no combate ao crime, com exceção da 406, as duas outras são os principais eixos rodoviários do Estado.

Tabela XVIII. Comparativos entre 2010 e 2011 - Prisões



Fonte: SIGER, ROD Online e ROD Regional.

Observamos, conforme quadro abaixo que a disponibilização de recursos para combater a criminalidade ainda estar muito abaixo do necessário, das fontes que a SPF recebe para desenvolver as ações visando atender o Programa 663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do PPA 2008-2011 e desencadear suas ações de policiamento e fiscalização, os recursos de combate ao crime são os menores. Vejamos:

Tabela XIX. Disponibilização de Recursos

FONTE DE RECURSOS	RECURSOS 2010	RECURSOS 2011
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – DFT	R\$ 223.218,73	R\$ 188.874,69
COMBATE AO CRIME – DCC	R\$ 168.355,74	R\$ 154.720,70
ANTT	R\$ 7.958,34	R\$ 7.516,84
Total utilizados nas Fontes de Recursos citados	R\$ 399.532,81	R\$ 351.112,23
Total utilizado em Op. Nacionais (Gralha Azul e Sentinela)	R\$ 122.495,58	R\$ 99.718,59
Total utilizado por servidores da 15ª SRPRF	R\$ 522.028,39	R\$ 450.830,82

Fonte: SIAFI

Salientamos que dos R\$351.112,23 (Trezentos e cinquenta e um mil, cento e doze reais e vinte e três centavos) utilizados para pagamento de diárias a servidores desta regional, parte deste recurso foi utilizado em operações em outras regionais.

Como vimos, houve uma redução em todas fontes de recursos, o que também contribuiu para a redução de resultados em algumas áreas.

AÇÃO 4290

Os comandos de saúde estiveram, como em anos anteriores, estiveram sob responsabilidade do Núcleo de Comunicação Social - NUCOM. Com apoio do Núcleo de acidentes e de Policiamento e Fiscalização, foram realizados 03 comandos de saúde na BR 101 em São José de Mipibu (maio; agosto e dezembro). Foram examinados 217 motoristas profissionais, sendo 65 deles em maio; 77 em agosto e 75 em dezembro. As ações contaram com o apoio do SEST/SENAT, parceiro permanente, da Secretaria de Saúde de São José de Mipibu, Petrobras e revendedora Kazinski, de motocicletas..

Os recursos materiais (equipamentos) foram satisfatórios para a execução dos comandos. Percebe-se, entretanto uma dificuldade na logística de compra e distribuição das fitas reagentes para o teste de triglicérides; glicose e colesterol, material de curto prazo de validade. Sugere-se a autonomia da regional para compra desse item em particular, de acordo com suas necessidades e ao tempo de cada comando de saúde, com o objetivo de se evitar a falta ou desperdício por expiração de prazo de validade de fitas não utilizadas.

A regional utilizou R\$ 6.602,67 (seis mil, seiscentos e dois reais e sessenta e sete centavos) na compra de material para uso nas ações de saúde).

AÇÃO 8692

Respondeu pela presidência da Comissão Regional de Educação para o Trânsito – CRET o chefe do Núcleo de Comunicação Social - NUCOM. A referida comissão sofreu um esvaziamento em 2011. Dois membros passaram da administração para a atividade fim, resultando na impossibilidade de contar com sua participação efetiva nas atividades da comissão. Outro membro deixou a 15ª SRPRF. Em tese, trabalhar na atividade fim não impede a realização de trabalhos relativos à comissão, na prática, entretanto, a solicitação rotineira de policiais que servem à comissão e que estão na atividade fim gera constantes questionamentos por parte de seus chefes diretos, uma vez que já contam com efetivo reduzido em suas delegacias. Soma-se a isso o fato de as atividades da comissão irem além das ações programadas, sendo necessário, por vezes, a reação imediata a solicitações de empresas; escolas ou entidades públicas, tornando-se impossível para o indivíduo que concorre a uma escala de serviço ou que está de plantão no dia da ação atender a demanda.

Pelos motivos acima descritos as ações de Educação para o Trânsito restringiram-se em sua maior parte a palestras, conforme descrito abaixo:

TABELA XX. PALESTRAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO

Data	Local	Nº de Pessoas
10 / Fev / 2011	Potigás	30 Pessoas
24 / Fev / 2011	Transporte Barros	212 Pessoas
03 / Mar / 2011	Petrobras	250 Pessoas
17 / Mar / 2011	Coteminas	32 Pessoas
18 / Mar / 2011	Coteminas	31 Pessoas
04 / Jun / 2011	Urbana	204 Pessoas
10 / Ago / 2011	Estação Rádio MB	67 Pessoas
12 / Set / 2011	Ligzarb	22 Pessoas
09 / Out / 2011	Ambev	60 Pessoas
10 / Out / 2011	Ambev	75 Pessoas
25 / Out / 2011	Petrobras	160 Pessoas
29 / Nov / 2011	Unp	50 Pessoas
06 / Dez / 2011	Coteminas	25 Pessoas
14 / Dez / 2011	Coteminas	25 Pessoas
15 / Dez / 2011	RM Engenharia	72 Pessoas
Total de Pessoas		1315 Pessoas

Fonte: NUCOM / 15ª SRPRF

Foram utilizados R\$ 4.433,52 (quatro mil , quatro centos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) para o pagamento de diárias para policiais que executaram outras atividades de cunho educativo.

TABELA XXI. ATIVIDADES EDUCATIVAS COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Período	Local - Evento
Março de 2011	Palestra em Alto do Rodrigues/RN
Março de 2011	Comando Educativo em Caicó/RN
Maio de 2011	Cactus Motofest em Currais Novos/RN
Agosto de 2011	Comando Educativo em Guimarães/RN

Fonte: NUCOM / 15ª SRPRF

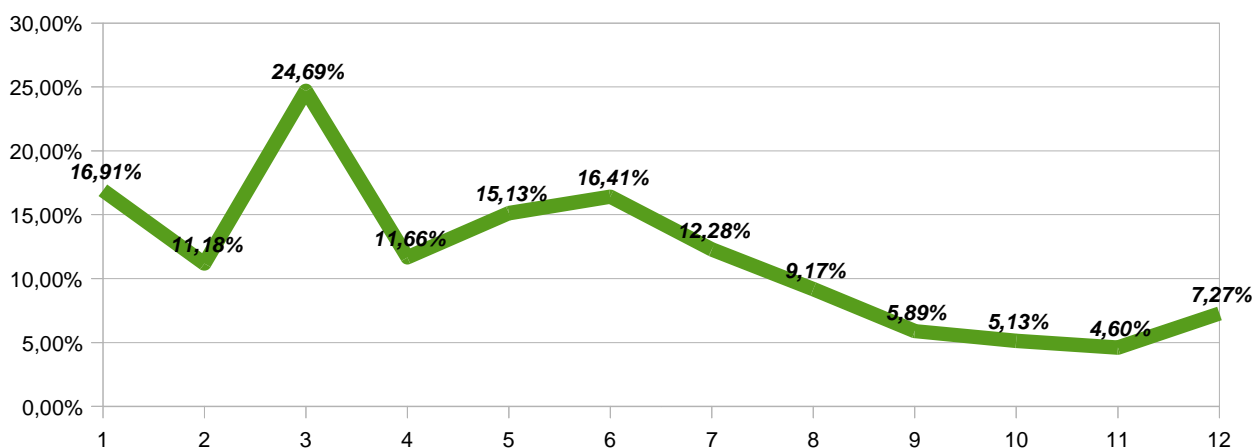
AÇÃO 86A1

No segundo semestre de 2011, o Núcleo de Multas e Penalidades/15ª iniciou o encaminhamento de e-mails relembrando as pendências dos autos de infração que eram digitados fora do prazo, ocasionando uma diminuição na incidência dos atrasos no decorrer do ano.

Com a expedição do Memorando Circular 09/2011-GAB/15, o NMP/15 iniciou um acompanhamento processual em que foram juntadas as justificativas dos servidores que digitam os Autos de Infração fora do prazo.

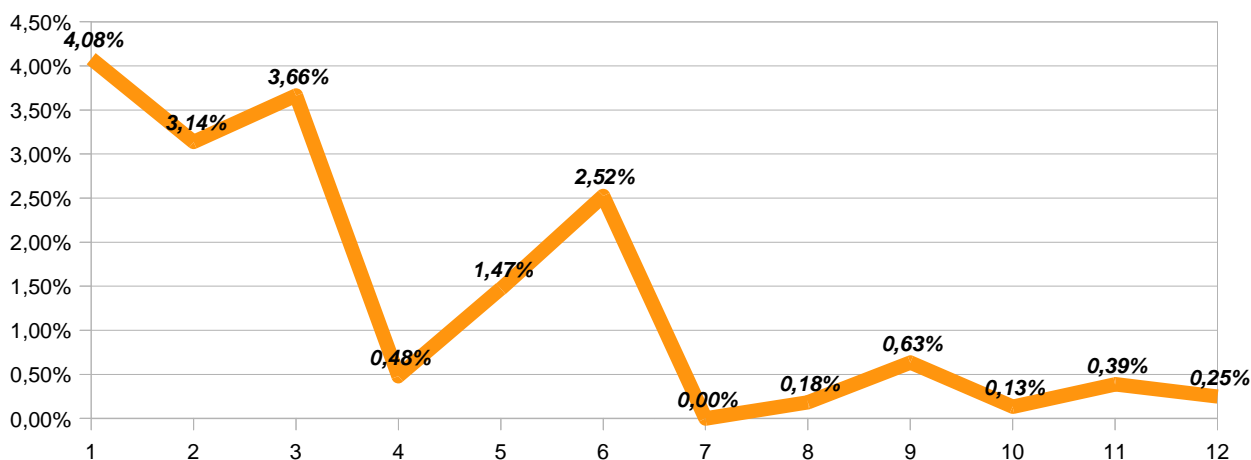
Podemos dizer que a implementação destes procedimentos trouxeram ótimos resultados, conforme detalhado nos gráficos a seguir, que mostram o percentual de AI do Tipo “B” digitados fora do prazo durante o exercício 2011 e o decréscimo deste percentual no 2º semestre após a implementação destas políticas.

Tabela XXII. Percentual Mensal dos AI Tipo “B” digitados fora do prazo de 5 dias



Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades da 15ª SRPRF/RN

Tabela XXIII. Percentual Mensal dos AI Tipo "B" digitados fora do prazo de 15 dias.



Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades da 15ª SRPRF/RN

As notificações de autuação e penalidade são expedidas via DPRF através de Convênio com a Empresa de Correios e Telégrafos, no entanto, algumas vezes, as Notificações de Autuação-NA e Notificações de Penalidades - NP, não são entregues aos proprietários ou demais infratores por mudanças de endereço, proprietários ausentes, entre outros fatores. Assim, cabe ao NMP realizar a notificação pessoal destes usuários quando das situações previstas no Memorando Circular 016/2011-DMP/DPRF. Comumente recebemos proprietários de veículos com financiamento do tipo leasing, os quais requerem boleto para pagamento de multa, haja vista a necessidade de quitação de pendências de multas e licenciamento para liberação destes veículos.

Contudo, uma das dificuldades é não podermos gerar boletos especiais com prazos mais curtos de autuações recentes, visto que os prazos dados pelo Memorando Circular 016/2011-DMP/DPRF são extensos, além de não haver previsão de renúncia ao direito de defesa da autuação, nem autorização para geração de boleto especial antes de envio pela ECT, já que este é prioridade.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

Em virtude da 15ª SRPRF/RN ser uma UJ subordinada a Unidade Orçamentária – UO, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não se faz necessário o preenchimento dos Quadros: Identificação das Unidades Orçamentárias; Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, tendo em vista que estas informações serão lançadas no Relatório de Gestão do DPRF. E os Quadros: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, uma vez que todo crédito desta UJ é recebido do DPRF não havendo créditos originários..

2.4.1) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200118	301070618106632723			18.147,08
	Concedidos	200119	301070618106632723			3.051,00
	Recebidos	200109	301070612207502000			1.575.553,83
	Recebidos	200109	301070612806632524			109.573,15
	Recebidos	200109	301070618106632723			1.825.984,42
	Recebidos	200109	301070618106634290			7.293,63
	Recebidos	200109	301070618113868698			343.172,92
	Recebidos	200109	301070618306632816			25.987,88
	Recebidos	200109	301070645206638692			4.107,16
	Recebidos	200109	301070927200890181	10.544,14		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110198	201011424300738787			13.066,05
	Recebidos	153978	262901236214494017			872,88
	Recebidos	393001	262901236214494017			64.459,35
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	301070612207502000		117.085,07	
	Recebidos	200109	301070618106632723		255.120,00	
	Recebidos	200109	301070618106634290		4.448,98	
	Recebidos	200109	30107061811386200G		269.854,32	
	Recebidos	200109	301070618113868698		371.675,00	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.316.634,99	2.077.189,96	2.316.634,99	1.688.474,28
Convite	0,00	49.373,72	0,00	30.300,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.316.634,99	2.027.816,24	2.316.634,99	1.658.174,28
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	544.034,43	432.101,77	544.034,43	643.600,60
Dispensa	476.695,73	376.933,10	476.695,73	311.596,50
Inexigibilidade	67.338,70	55.168,67	67.338,70	332.004,10
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	673.306,41	899.960,13	673.306,41	899.960,13
Pagamento em Folha	10.544,14		10.544,14	
Diárias	662.762,27	899.960,13	662.762,27	899.960,13
Outras	99.921,58		99.921,58	

Fonte: SIAFI

2.4.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	10.544,14	19.322,24	10.544,14	19.322,24			10.544,14	19.322,24
08 – Outros Benefícios Assistencias	10.544,14	19.322,24	10.544,14	19.322,24			10.544,14	19.322,24
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	3.947.126,83	3.270.096,05	3.360.629,43	2.876.127,18	586.497,40	9.617.514,72	3.360.629,43	2.226.798,51
30 – Material de Consumo	1.210.576,29	764.911,76	938.663,47	671.742,61	271.912,82	9.316.915,00	938.663,47	22.213,94
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	910.776,44	823.930,59	701.686,87	678.810,10	209.089,57	145.120,49	701.686,87	678.810,10
37 – Locação de Mão de Obra	792.618,92	562.784,48	717.204,35	503.593,12	75.414,57	59.191,36	717.204,35	503.593,12
Demais elementos do grupo	1.033.155,18	1.118.469,22	1.003.074,74	1.022.181,35	30.080,44	96.287,87	1.003.075,74	1.022.181,35

Fonte: SIAFI

2.4.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

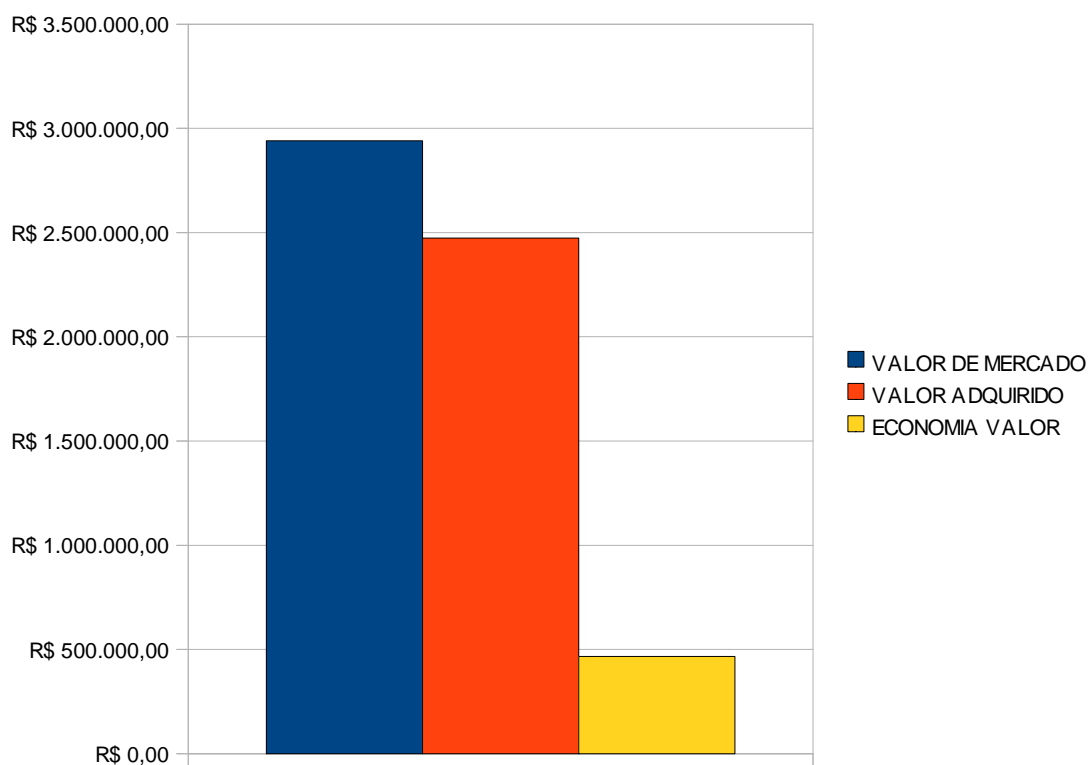
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	1.017.964,45	1.462.702,39	262.723,84	612.360,35	755.240,61	850.342,04	262.723,84	612.360,35
52 – Equipamentos e Materiais Permanentes	748.110,13	1.462.702,39	262.723,84	612.360,35	485.386,29	850.342,04	262.723,84	612.360,35
51 – Obras e Instalações	269.854,32	0,00	0,00	0,00	269.854,32	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

2.4.2.4) Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Os créditos orçamentários recebidos contribuíram principalmente para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo assim o apoio técnico.

Tabela XXIV. Mapa Comparativo Licitações Públicas



Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

Tabela XXV. Compras Por Licitação

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %	OBJETO
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP	08664.001.068/2010-94	08/2010	R\$ 1.930.373,01	R\$ 1.257.377,40	R\$ 672.995,61	34,86	SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP	08664.000.437/2010-21	01/2011	R\$ 146.426,16	R\$ 122.940,84	R\$ 23.485,32	16,04	MANUTEN. PREDIAL
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.284/2011-01	02/2011	R\$ 319.181,76	R\$ 293.405,52	R\$ 25.776,24	8,08	LIMPEZA
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP	08664.000.353/2011-79	03/2011	R\$ 31.586,38	R\$ 22.692,64	R\$ 8.893,74	28,16	COPA/ COZINHA
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP	08664.000.632/2011-32	04/2011	R\$ 38.250,50	R\$ 25.049,96	R\$ 13.200,54	34,51	CONDIC. AR
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.000.277/2011-00	05/2011	R\$ 49.903,38	R\$ 35.000,00	R\$ 14.903,38	29,86	REFORMA GARAJÃO
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.001.648/2011-62	06/2011	R\$ 12.236,89	R\$ 10.507,55	R\$ 1.729,34	14,13	ÁGUA/GÁS
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP	08664000354/2011-13	07/2011	R\$ 62.764,90	R\$ 28.721,30	R\$ 34.043,60	54,24	EXPEDIENTE
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.218/2011-68	08/2011	R\$ 485.919,24	R\$ 450.551,52	R\$ 35.367,72	7,28	VIGILÂNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO	08664.002.570/2011-01	09/2011	R\$ 154.720,27	R\$ 141.469,00	R\$ 13.251,27	8,56	MANUT. RÁDIO
PREGÃO ELETRÔNICO	08664000299/2011-61	11/2011	R\$ 232.000,00	R\$ 202.002,16	R\$ 29.997,84	12,93	PASSAGENS
PREGÃO ELETRÔNICO	08664003424/2011-95	13/2011	R\$ 8.596,80	R\$ 6.626,98	R\$ 1.969,82	22,91	ÁGUA MINERAL
PREGÃO ELETRÔNICO	08664003773/2011-15	14/2011	R\$ 32.888,66	R\$ 32.885,00	R\$ 3,66	0,01	REFORMA POSTOS
PREGÃO ELETRÔNICO	08664003774/2011-51	15/2011	R\$ 64.383,73	R\$ 61.000,00	R\$ 3.383,73	5,26	REFORMA POSTOS
TOMADA DE PREÇO	08664002076/2010-58	01/2011	R\$ 337.752,88	R\$ 269.854,32	R\$ 67.898,56	20,1	CONSTRU. POSTO/DELE
TOMADA DE PREÇO	08664003248/2010-84	02/2011	R\$ 963.454,34	R\$ 771.396,03	R\$ 192.058,31	19,93	CONSTRU. POSTO/DELE
TOTAL:			R\$ 2.940.065,89	R\$ 2.474.102,82	R\$ 465.963,07	15,85	

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

Tabela XXVI. Resumo por Modalidade

TIPO DE EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %
DISPENSA LICITAÇÃO	R\$ 475.035,59
INEXIGIBILIDA	R\$ 49.815,10
COTAÇÃO ELETRÔNICA
LICITAÇÕES	R\$ 2.940.065,89	R\$ 2.474.102,82	R\$ 465.963,07	15,85
ADESÕES REGISTRO DE PREÇO (PARTICIPANTE)	R\$ 1.314.487,25

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

Tabela XXVII. Compras por Dispensa

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR ADQUIRIDO	OBJETO
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000006201146	012011	R\$ 8.000,00	DOU
DISPENSA LICITAÇÃO	08664003831201011	022011	R\$ 105.602,84	SERVIÇO DE LIMPEZA
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000011201159	032011	R\$ 246.600,00	ENERGIA
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000010201112	042011	R\$ 27.780,00	ÁGUA
DISPENSA LICITAÇÃO	08664003354201094	052011	R\$ 30.266,88	SERVIÇOS POSTAIS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000009201180	062011	R\$ 15.697,43	LICENCIAMENTO VEICULAR
DISPENSA LICITAÇÃO	08664003894201078	072011	R\$ 3.480,00	CARIMBOS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000636201111	082011	R\$ 1.200,00	LOCAÇÃO BANHEIRO QUÍMICO
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000509201111	092011	R\$ 1.100,00	LIMPEZA FOSSA POSTOS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664001720201151	102011	R\$ 235,80	MATERIA ELÉTRICO
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000650201111	112011	R\$ 2.880,00	MATERIA GRÁFICO
DISPENSA LICITAÇÃO	08664001786201141	122011	R\$ 5.500,00	TOTENS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664001706201158	15/2011	R\$ 550,00	CRACHÁ
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002142201171	162011	R\$ 1.320,00	ANDAIME
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000505201133	172011	R\$ 919,84	MATERIAL REPARO REDE COMPUTADORES
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002238201139	182011	R\$ 607,60	PELÍCULAS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664001639201171	192011	R\$ 3.364,20	SEGURO ESTAGIÁRIOS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002165201185	222011	R\$ 6.470,00	TRANSPORTADORA
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002245201131	232011	R\$ 2.504,00	BANDEIRAS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664000956201171	242011	R\$ 810,00	TASER
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002749201151	252011	R\$ 6.864,00	ÁGUA POTÁVEL
DISPENSA LICITAÇÃO	08664003107201179	262011	R\$ 1.578,00	ADOÇANTE
DISPENSA LICITAÇÃO	08664002463201175	272011	R\$ 985,00	REPARO EM POSTOS
DISPENSA LICITAÇÃO	08664003924201127	282011	R\$ 720,00	FAIXAS LEILÃO
TOTAL:			R\$ 475.035,59	

Tabela XXVIII. Compras por Inexigibilidade

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR ADQUIRIDO	OBJETO
INEXIGIBILIDA	08664000238201102	12011	R\$ 14.015,10	AFERIÇÃO ETILÔMETRO
INEXIGIBILIDA	08664000140201147	22011	R\$ 9.834,00	MANUTENÇÃO ETILÔMETRO
INEXIGIBILIDA	08664002960201173	42011	R\$ 5.560,00	SEMINÁRIO
INEXIGIBILIDA	08664003986201139	52011	R\$ 2.680,00	CONGRESSO
INEXIGIBILIDA	08664000238201102	62011	R\$ 9.775,00	AFERIÇÃO ETILÔMETRO
INEXIGIBILIDA	08664000140201147	72011	R\$ 6.511,00	MANUTENÇÃO ETILÔMETRO
INEXIGIBILIDA	08664003689201193	82011	R\$ 1.440,00	AFERIÇÃO RADAR
	TOTAL:		R\$ 49.815,10	

60

Tabela XXIX. Despesas com Aquisição de Materiais e Equipamentos por Adesão a Registro de Preço

TIPO DE EVENTO	SRP	OBJETO	VALOR EMPENHADO
PREGAO	10/2010	FORMULÁRIOS OPERACIONAIS	5243,20
PREGAO	10/2010	FORMULÁRIOS OPERACIONAIS	2900,00
PREGAO	10/2010	FORMULÁRIOS OPERACIONAIS	1315,00
PREGAO	10/2010	FORMULÁRIOS OPERACIONAIS	1257,00
PREGAO	2/2010	TRANSFERÊNCIA DE DADOS	314,15
PREGAO	1/2010	TELEFONIA MÓVEL	3750,00
PREGAO	13/2010	BOCAIS DESCARTÁVEIS	101200,00
PREGAO	13/2010	BOBINAS ETILÔMETRO	384,00
PREGAO	13/2010	BATERIAS RECARREGÁVEIS	690,50
PREGAO		BOTAS TÁTICAS	46939,20
PREGAO	13/2010	CADEIRAS POSTOS	13803,84
PREGAO	06/2010	ENLACES	207000,00
PREGAO	06/2010	ENLACES	51000,00
PREGAO	5/2010	FITAS REAGENTES	1338,20
PREGAO	3/2010	PNEUS	102069,20
PREGAO	12/2010	COPA / COZINHA	3185,27
PREGAO	9/2010	CONES SINALIZAÇÃO	29097,00
PREGAO	16/2010	COLETES	27443,00
PREGAO	16/2010	COLETES	3433,32
PREGAO	4/2011	FITAS REAGENTES	2092,87
PREGAO	4/2011	FITAS REAGENTES	2631,60
PREGAO	4/2011	FITAS REAGENTES	1230,96
PREGAO	16/2010	COLETES	165313,00
PREGAO	16/2010	COLETES	9441,63
PREGAO	33/2011	SWITCH	40573,00
PREGAO	33/2011	SWITCH	3136,00
PREGAO	33/2011	RACK	11898,00
PREGAO	7/2010	VOIP	22168,00
PREGAO		TELEFONIA MÓVEL	140,00
PREGAO		TELEFONIA MÓVEL	63,00
PREGAO	13/2010	BOCAIS DESCARTÁVEIS	21800,00
PREGAO	16/2010	COLETES	9441,63
PREGAO	16/2010	COLETES	168911,00
PREGAO	17/2010	CALÇAS	26438,72
PREGAO	8/2011	MOBILIÁRIO	49260,00
PREGAO	14/2011	GANDOLAS	29426,88
PREGAO	17/2011	CAMISETAS	6960,00
PREGAO	17/2011	CALÇAS	6609,68
PREGAO	17/2011	CALÇAS	6609,68
PREGAO	17/2011	GANDOLAS	7356,72
PREGAO	17/2011	CAMISETAS	1740,00
PREGAO	11/2010	TELEFONIA MÓVEL	2899,29
PREGAO	19/2010	BOTAS TÁTICAS	29967,39
PREGAO	13/2010	CADEIRA POSTOS	36836,32
PREGAO	16/2010	COLETES	1929,00
PREGAO	16/210	COLETES	47250,00
TOTAL.....			1314487,25

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

Tabela XXX. Comparativo de Aquisições

TIPO DE EVENTO	2008	2009	2010	2011
DISPENSA	R\$ 344.282,15	R\$ 264.815,54	R\$ 359.425,40	R\$ 475.035,59
INEXIGIBILIDADE	R\$ 13.246,00	R\$ 15.755,00	R\$ 63.168,47	R\$ 49.815,10
LICITAÇÕES	R\$ 1.500.683,74	R\$ 943.115,34	R\$ 1.748.250,31	R\$ 2.474.102,82
ADESÕES			R\$ 1.478.000,87	R\$ 1.314.487,25
TOTAL ADQUIRIDO	R\$ 1.858.211,89	R\$ 1.223.685,88	R\$ 3.648.845,05	R\$ 4.313.440,76

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

CONCLUSÕES QUANTO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 - outras despesas correntes”, com destaque para os serviços de vigilância e de limpeza e conservação, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

O incremento no volume da despesa verificado no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, refere-se a aquisição de viaturas ocorrida no exercício em exame. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo DPRF, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

As ações desta UJ voltam-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições mínimas para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do DPRF. Desta forma, diante do reduzido volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do DPRF, esta UJ não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos orçamentários para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a este DPRF, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim. Em decorrência, temos a acumulação de várias atribuições por uma única pessoa, a convocação extra escala de serviço para o desenvolvimento da atividade fim. Some-se a isto os afastamentos para tratamento de saúde, os afastamentos para gozo de férias, dentre outras ausências verificadas no exercício sob exame.

2.4.3 Indicadores Institucionais

No exercício de 2010, avaliada a necessidade desta Regional em possuir elementos para mensurar a eficiência e eficácia do serviço de cada policial, como forma de avaliar a participação individual na gestão pública, uma vez que a avaliação é uma das etapas fundamentais do processo

de gestão, pois permite aferir se o objetivo do órgão está sendo alcançado, instituímos, em 1º de abril de 2010, ou seja, início do 2º trimestre, a Instrução de Serviço nº 01/2010, a qual regulamentou a Avaliação de Desempenho Operacional e Individual no âmbito do DPRF e deu outras providências.

Tal instrumento normativo teve por fito a busca da Regional por cumprir as metas referentes à Taxa de Acidentes, Mortalidade, Percepção de Segurança e Procedimentos de Fiscalização estabelecidas pelo DPRF, de acordo com previsão contida no Plano Plurianual (PPA 2008-2011), constante do Anexo “D” da Portaria nº 30/2009-DG, atualizados pela Portaria nº 010/DG, de 03 de fevereiro de 2010.

Relativo à busca pelo cumprimento do número de Procedimentos de Fiscalização (quantitativo de veículos e pessoas fiscalizados e de testes de alcoolemia realizados), foi estipulado que cada policial deveria cumprir um mínimo de 15 (quinze) Procedimentos por período de 12 horas, fazendo-se regra proporcional para tal índice mínimo a ser alcançado ao número de horas trabalhadas/mês, sem prejuízo dos demais procedimentos decorrentes da fiscalização e policiamento.

O método de mensurabilidade adotado para o desempenho operacional da Regional, tendo como pressuposto a participação individual do servidor-ator, deu-se conforme fórmula a seguir:

$$ADI = \frac{(\sum P_{pos} - \sum P_{neg}) * 5,71 * D}{H}$$

H

onde:

ADI – avaliação de desempenho individual de cada policial em serviço operacional; é o “saldo” de pontos do policial no mês considerado.

Ppos – pontos positivos de cada procedimento;

Pneg – pontos negativos de cada procedimento;

D – número total de dias do mês (ex.: no mês de março, D = 31);

H – número de horas em trabalho operacional do policial avaliado no mês;

OBS.: a constante 5,71 refere-se a proporção diária da carga horária semanal estipulada para o servidor público federal.

As pontuações positiva e negativa que a fórmula refere-se estão detalhadas na mesma norma instituída, considerando a complexidade de execução de cada procedimento, sua importância para o atingimento da meta estabelecida para a Regional, bem como consequente diminuição dos fatores que influenciam a problemática do trânsito rodoviário.

Todo procedimento realizado no serviço operacional é registrado em formulário próprio ou em sistema informatizado corporativo, os quais geram pontuação positiva ou negativa. Estes registros alimentam mensalmente planilha própria, a qual subsidia a Avaliação de Desempenho Individual (ADI).

De posse do resultado da ADI, é feito um ranking, e levado ao conhecimento dos servidores, buscando a auto-avaliação e consequente percepção de sua participação no processo de gestão das atividades de segurança pública de nossa competência.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Inexiste tal situação no âmbito da 15ª SPRF/RN, Portanto o Quadro Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Créditos ou Recursos, não se aplica a esta UJ.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro VIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.244.110,91	170.866,62	1.073.244,29	
2009	965188,57	156810,31	808378,26	0
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro IX – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		223	7	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		223	7	7
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		223	7	4
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)		223	7	7

*Egressos no exercício: 03 por remoção e 02 por aposentadoria, 01 por demissão e 01 por vacância em virtude de posse em outro cargo inacumulável.

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ªSRPRF/RN.

DO QUADRO FORÇA DE TRABALHO DA UJ DESTACAMOS AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: No balanço entre servidores ingressos e egressos nos quadros da 15ª SRPRF, nosso efetivo se manteve o mesmo de 31/12/2010. Recebemos, ao longo do ano, 07 servidores por remoção de outras Regionais, por outro lado, saíram do quadro de pessoal da Superintendência 03 servidores por remoção, 02 por aposentadoria (01 PRF + 01 Administrativo), 01 por vacância decorrente de posse em outro cargo inacumulável e 01 por demissão.

Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	

3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ªSRPRF/RN.

O quadro Situações que reduzem a força de trabalho da UJ, complementa o anterior, relatando algumas situações que reduzem a força de trabalho da unidade. No caso da 15ª SRPRF, vê-se que tivemos a diminuição de 03 servidores por remoção para outra Regional e 01 por afastamento para exercício de mandato eletivo. Este último, remunerado e ininterrupto, foi iniciado em 2009, com previsão de término em 31/12/2012. O servidor afastado exerce o cargo de Vice-Prefeito do município de Tibau do Sul/RN.

Quadro XI – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	26	25	0	13
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	25	17	13
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	26	1	14

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ªSRPRF/RN.

1.2. Servidores de Carreira		1	1	1	67	153			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)		1	1	1	67	153			

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

O Quadro Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade demonstra que, embora o cargo de PRF ainda seja de nível intermediário, 68,61% dos servidores de nossa Regional já concluíram alguma graduação (ensino superior), enquanto 30% concluíram somente o ensino médio.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro XIV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	135	2
1.1 Voluntária	15	2
1.2 Compulsória	1	
1.3 Invalidez Permanente	21	
1.4 Outras	98	
2. Proporcional	5	
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	140	2

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

Através do Quadro Composição do Quadro de Servidores Inativos podemos observar a distribuição do quantitativo de aposentados ligados à 15ª SRPRF por fundamento legal da aposentadoria. Dos nossos 140 aposentados, a grande maioria se enquadra na opção “Integral –

Outros”, pois a quase totalidade de nossos cargos são de Policial Rodoviário Federal, cuja aposentadoria mais vantajosa, geralmente, é aquela concedida com fundamento na Lei Complementar nº 51/85.

5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro XV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	22	1
1.1. Integral	22	1
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	23	
3. Total (1+2)	45	1

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

No Quadro Composição do Quadro de Instituidores de Pensão, observamos que a Regional tem em sua folha de pagamento 45 beneficiários de pensão civil, e que ao longo de 2011 foi concedido apenas 01 benefício dessa natureza.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	3	4	5	R\$ 29.614,58
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	4	3	4	5	R\$ 29.614,58
2. Nível Médio	29	27	28	29	R\$ 107.033,21
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	29	27	28	29	R\$ 107.033,21
3. Total (1+2)	33	30	32	34	R\$ 136.647,79

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

A distribuição quantitativa e qualitativa dos estagiários de nossa Regional, bem como o custo com o pagamento de bolsa-estágio e auxílio-transporte constam no Quadro Composição do Quadro de Estagiários. Através dele podemos constatar que o custo do exercício 2011 com estagiários foi de R\$ 136.647,79, e que todas as oportunidades de estágio oferecidas pela Regional são na área meio.

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	37.954.197,96		3.200.399,79	712.513,39	719.021,96	931.344,26	310.072,99		73.877,21	43.901.445,56
	2010	23.247.030,18		2.080.395,68	858.796,81	809.999,18	530.888,82		13.982,97		27.541.093,64
	2009	20.460.865,42		1.885.552,09	1.348.389,59	327.021,03	327.021,03		10.722,63		24.370.517,26
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	124.072,80		10.544,14			900,00				254.122,30
	2010	108.143,33		10.237,03			225,00				221.644,73
	2009	93.879,56		9.159,81							103.039,37
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	134.047,47	28.132,66	12.969,37	8.444,48	3.952,00	3.863,58			386,61	191.796,17
	2010	112.560,92	29.102,76	6.830,82	4.121,36	3.648,00					156.263,86
	2009	98.091,14	29.102,76	11.495,77	3.688,85	1.512,00	462,00				144.352,52
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	2.457.623,04	81.233,09	236.040,47	88.353,68	87.843,48	41.005,49	26.099,76		5.949,68	3.024.148,69

	2010		85.985,56								85.985,56
	2009		85.748,79								85.748,79

Fonte: Relatórios de Demonstrativo de Despesas com Pessoal – Sistema SIAPE

Obs: Os valores dos exercícios 2009 e 2010 foram retirados do Relatório de Gestão confeccionado no ano anterior. Tendo em vista que no ano de 2011 não existiam campos específicos para “despesas de exercícios anteriores” e “decisões judiciais”, os valores que se enquadravam nessas categorias foram computados juntamente no campo “demais despesas variáveis”. Para o relatório de Gestão 2011/2012, o DPRF disponibilizou uma ferramenta que permitiu individualizar os valores recebidos pelos ocupantes de função gratificada, o que não foi possível nos anos anteriores.

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro XVIII – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não ocorre na UJ a existência de servidores terceirizados com atribuições semelhantes às dos cargos pertencentes ao plano de cargos do Órgão.					

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

Quadro XIX – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não houve empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados durante o exercício.		

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro XX – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

A UJ não obteve autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados nos três últimos exercícios.

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200123							CNPJ:00.394.494/0118-47						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	E	001/2011	00.544.298/0001-09	05/01/11	04/05/11	16	16					E
2011	L	O	009/2011	09.171.533/0001-00	05/05/11	04/05/12	16	16					A
2011	V	O	020/2011	10.748.912/0001-08	01/12/11	30/11/12	15	15					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro XXII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200123					CNPJ: 00.394.494/0118-47								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	E	001/2011	00.544.298/0001-09	05/01/11	04/05/11	16	16					E
2011	1	O	009/2011	09.171.533/0001-00	05/05/11	04/05/12	16	16					A
2011	3	O	020/2011	10.748.912/0001-08	01/12/11	30/11/12	15	15					A
2011	14	O	011/2011	07.413.626/0001-79	02/06/11	14/02/12			1	1			E
2011	14	O	012/2011	09.171.533/0001-00	13/06/11	12/06/12	1	1					A
2011	11	O	017/2011	00.544.298/0001-09	04/07/11	03/07/12			1	1			A
Observações:													
<u>LEGENDA</u>													
Área:				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.					
1. Conservação e Limpeza;				8. Reprografia;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.					
2. Segurança;				9. Telecomunicações;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.					
3. Vigilância;				10. Manutenção de bens móveis									

4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis
5. Informática;	12. Brigadistas
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Recepção;	14. Outras

Fonte: Comissão Permanente de Licitação da 15ª SRPRF/RN

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6.1) Absenteísmo

Tabela XXXI. Absenteísmo na 15ª SRPRF – 2011

Tipo	Quantidade
Licença Médica (própria saúde, em nº de ocorrências)	262
Licença por acidente em serviço	1
Licença para acompanhamento de pessoa da família	13
Falta	1
Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF	

No Ano de 2010 foram registradas 229 Licenças Médicas e no ano de 2011 foram registradas 276 Licenças o que gerou um aumento de 20,52 % no número de Licenças médicas no exercício 2011.

5.6.2) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Tabela XXXII. Acidentes em serviço notificados à 15ª SRPRF – 2011

Tipo	Quantidade
Com afastamento (Licença por acidente em serviço)	1
Sem afastamento	-
Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF	

No exercício 2011 ocorreu apenas 01 afastamento temporário por acidente em serviço e não existiu registro de Doenças Ocupacionais.

5.6.3) Rotatividade (*turnover*)

Tabela XXXIII. Rotatividade (turnover) da 15ª SRPRF/RN – 2011

TIPO	QUANTIDADE
Remoções – Saída	03
Remoções – Entrada	07
Aposentadoria	02
Vacância por posse em cargo inacumulável	01
Exoneração a pedido	-
Demissão	01
Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF	

5.6.4) Educação Continuada

Em 2011 foram contabilizados (49) quarenta e nove participações em eventos, tendo a participação de (177) cento e setenta e sete servidores. Em 2010 foram (106) cento seis eventos e (603) seiscentos e três servidores.

Tabela XXXIV. Ações de Treinamento no Exercício 2011

ITEM	DATA	AÇÃO	DIÁRIAS	SERVIDOR	RECURSO	R\$ DIÁRIAS	R\$ SERVIÇO	R\$ H/A	R\$ AÉREO	R\$ TOTAL
	TÉRMINO		PAGAS	(A)(S)(ES)						
1	18/02/11	Novo Sistema SICAF	1	1	15ª SRPRF/RN	R\$ 489,55	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 489,55
2	30/03/11	Atualização Policial – Abordagem e Defesa policial – MODULO 1	0	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	04/04/11	Junta Médica	1	0	15ª SRPRF/RN	R\$ 86,48	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 86,48
4	06/05/11	Seleção de Estagiários	1	0	15ª SRPRF/RN	R\$ 237,86	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 237,86
5	20/05/11	Participação em Conferência: Os desafios da Implementação do PNDH-3	0	1	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	29/05/11	XX Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – Instrutores	1	1	COEN/DPRF	R\$ 1.931,61	R\$ 0,00	R\$ 208,00	R\$ 782,28	R\$ 2.921,89
7	04/06/11	I Congresso Nacional dos Policiais Rodoviários Federais	0	10	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	08/06/11	XX Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – Alunos	4	4	COEN/DPRF	R\$ 8.181,04	R\$ 0,00		R\$ 2.842,92	R\$ 11.023,96
9	08/06/11	XX Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – Instrutores	2	2	COEN/DPRF	R\$ 8.126,12	R\$ 0,00	R\$ 4.836,00	R\$ 1.160,56	R\$ 14.122,68
10	12/06/11	II Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transporte – TPFT	2	2	COEN/DPRF	R\$ 4.443,13	R\$ 0,00	R\$ 480,00	R\$ 1.010,54	R\$ 5.933,67
11	13/06/11	Palestra: Metodologia da Investigação Criminal	0	6	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	15/06/11	Seminário Internacional de Liderança	1	3	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	16/06/11	Seminário Internacional de Liderança	1	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 273,26	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 273,26
14	16/06/11	II Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transporte – TPFT	1	1	COEN/DPRF	R\$ 584,55	R\$ 0,00	R\$ 416,00	R\$ 412,22	R\$ 1.412,77
15	26/06/11	Curso de Formação Profissional 2011 CESPE	0	1	COEN/DPRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	01/07/11	Atualização Policial – Acidentes de Trânsito – ADMLA e UBRBRASIL	0	4	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	05/07/11	Atualização Policial – Preenchimento de Auto de Infração cl/ lavratura de multas	0	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	08/07/11	Curso de Formação Profissional 2011 CESPE	0	3	COEN/DPRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	20/07/11	Explicação sistema silver	0	12	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	11/08/11	Palestra: Fiscalização de Contratos Públicos	4	27	15ª SRPRF/RN	R\$ 1.093,04	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 1.093,04
21	14/08/11	Estágio de Adaptação à Caatinga	1	1	COEN/DPRF	R\$ 1.163,85	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 1.163,85
22	02/09/11	Fórum Estadual do Desarmamento: A paz Começa por Você	6	11	15ª SRPRF/RN	R\$ 1.427,16	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 1.427,16
23	17/09/11	Curso de Formação Profissional 2011 – Complementar	1	1	COEN/DPRF	R\$ 3.686,86	R\$ 0,00	R\$ 4.118,40	R\$ 901,06	R\$ 8.706,32
24	21/09/11	Seminário Nacional – Atualização em Planilha de Custos e Preços p Licitação	0	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 5.560,00		R\$ 0,00	R\$ 5.560,00
25	28/09/11	Treinamento de Chefe de Posto e chefe de Equipe	0	8	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	30/09/11	Capacitação e Trein. para Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	0	4	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	30/09/11	Reabilitação em Armamento e tiro e uso seletivo da força	1	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 847,43	R\$ 0,00	R\$ 14.976,00	R\$ 5,00	R\$ 847,43
28	08/10/11	Curso de Formação Profissional 2011 – Complementar	4	4	COEN/DPRF	R\$ 10.286,43	R\$ 0,00		R\$ 3.448,67	R\$ 28.711,10
29	11/10/11	Reunião Administrativa para Chefes de Delegacias	2	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 172,96	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 172,96
30	18/10/11	Palestra Sobre Identificação de Entorpecentes – RECEITA FEDERAL DO BRASIL	6	22	15ª SRPRF/RN	R\$ 518,88	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 518,88
31	21/10/11	Atualização/Reciclagem de Condução de Motocicleta Policial	0	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
32	28/10/11	Curso de Corpo Voluntários de Emergência – INFRAERO	0	3	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
33	28/10/11	XXI Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – XXI TPCC	2	2	COEN/DPRF	R\$ 3.518,69	R\$ 0,00	R\$ 2.496,00	R\$ 2.963,58	R\$ 8.978,27
34	05/11/11	Curso de Formação de Instrutores	2	2	COEN/DPRF	R\$ 2.418,28	R\$ 0,00		R\$ 3.758,64	R\$ 6.176,92
35	13/11/11	Curso de Formação de Instrutores	3	3	COEN/DPRF	R\$ 3.221,37	R\$ 0,00		R\$ 2.545,44	R\$ 5.766,81
36	14/11/11	Curso de Formação de Instrutores	1	1	COEN/DPRF	R\$ 2.342,73	R\$ 0,00		R\$ 1.512,22	R\$ 3.854,95
37	18/11/11	I CPATAMO	0	2	15ª SRPRF/RN	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00
38	24/11/11	Treinamento de RNTRC	3	3	15ª SRPRF/RN	R\$ 2.489,19	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 2.489,19
39	25/11/11	Treinamento em Serviço: Inteligência – Estratégia de Gestão	3	3	COINT/DPRF	R\$ 2.412,88	R\$ 0,00		R\$ 3.732,96	R\$ 6.145,84
40	01/12/11	2º Congresso de Gestão Pública .	1	1	15ª SRPRF/RN	R\$ 1.118,38	R\$ 2.680,00		R\$ 1.769,32	R\$ 5.567,70
41	01/12/11	II Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos	1	1	CNDH/DPRF	R\$ 488,13	R\$ 0,00		R\$ 1.079,31	R\$ 1.567,44
42	03/12/11	Workshop de Nivelamento -Gestão Correicional PAD	2	2	CG/DPRF	R\$ 2.623,02	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 2.623,02
43	03/12/11	I Curso Básico de Inteligência Policial	1	1	COINT/DPRF	R\$ 2.664,92	R\$ 0,00		R\$ 2.062,21	R\$ 4.727,13
44	10/12/11	Workshop de PFP,PP,STLFT	2	2	COEN/DPRF	R\$ 2.966,42	R\$ 0,00		R\$ 5.126,24	R\$ 8.092,66
45	12/12/11	Workshop de Atualização de Técnicas para Instrutores de Armamento e Tiro	2	2	COEN/DPRF	R\$ 1.290,82	R\$ 0,00		R\$ 5.741,30	R\$ 7.032,12
46	13/12/11	Workshop de Atualização de Técnicas para Instrutores de Armamento e Tiro	2	2	COEN/DPRF	R\$ 2.097,18	R\$ 0,00		R\$ 3.450,01	R\$ 5.547,19
47	16/12/11	Workshop da Comissão Pedagógica do DPRF	1	1	COEN/DPRF	R\$ 1.217,36	R\$ 0,00		R\$ 1.453,32	R\$ 2.670,68
48	20/12/11	Controle de Operações de Controle de Distúrbios Cíveis – COCD 2011	2	2	COEN/DPRF	R\$ 3.491,56	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 3.491,56
49	05/11/11	XXIII CICLO EAD SENASP	0	1	COEN/DPRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 780,00	R\$ 0,00	R\$ 780,00
			TOTAIS	68	177	R\$ 77.911,14	R\$ 8.240,00	R\$ 28.310,40	R\$ 45.752,80	R\$ 160.214,34

5.6.4.1) Avaliação Comparativa

Em termos absolutos houve uma redução de -51,94% ($49 \times 100 / 106$) - nas ações de Treinamento e Desenvolvimento e uma queda de -70,6% ($177 / 603$) a menos de servidores capacitados - ver quadro anterior. Como possíveis causas da redução drástica podemos apontar: o estabelecimento de, no âmbito do poder executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas de diárias, passagens, locomoção no exercício financeiro de 2011, corte significativo nos recursos de capacitação, que foram firmados em 25% de nossa pretensão (DPRF) inicial em termos de orçamento ideal para atendimento pleno de todas as demandas, mudança de prioridade por parte do DPRF ao canalizar todos os recursos orçamentários, financeiros e humanos para o curso de formação policial – CFP 2011 e complementar, mudanças no comando geral da PRF, que culminou com 416 mudanças de chefias em todo DPRF até o momento, baixo efetivo, entre outras.

Em termos absolutos, com relação aos recursos disponíveis para a regional e descentralizados pela sede em Brasília/DF - exercício 2011, , houve um incremento de 73,27% (limite disponibilizado = R\$10.828,78 versus valor realizado em 2011 = R\$18.763,51). Em 2010 houve um incremento de 202,25% (limite disponibilizado = R\$11.567,128 – valor realizado em 2010 = R\$34.961,83).

Tabela XXXV. PLANILHA SITUACIONAL DE (\$) VALORES REMANEJADOS PELO DPRF PARA 15ª SRPRF

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RECURSOS DISPONIBILIZADOS	RECURSOS UTILIZADOS
AÇÃO 1404G (A. FIM)		R\$18.763,51
AÇÃO 1404G1 (A.MEIO)	R\$10.828,78	
TOTAL	R\$ 10.828,78	R\$ 18.763,51

O NUCAP/15, em 2011, gerenciou ou propôs conjuntamente com a Coordenação de Ensino - COEN, um montante de investimento em valores totais no percentual de 44,62% a menor de em 2010 ($2011 = 131.903,94 - 2010 = R\$238.220,00$).

A gerência efetiva do Nucap/RN, com relação ao recursos descentralizados em 2011, foi de apenas 14,22% (R\$ 131.903,94 – R\$18.763,51), sobre os recursos investidos. Já em 2010 este percentual ficou na ordem de 14,67% ($R\$238.220,00 - R\$34.961,83$). Observando-se uma estabilidade na descentralização ou disponibilização dos recursos por parte da administração central para com esta desconcentrada.

5.6.4.2) Considerações

Considerando o contido na Instrução Normativa - IN nº 01, de 10/02/06, Art. 16, que trata de encaminhamento das propostas de treinamento e desenvolvimento anual de Recursos Humanos, para o exercício seguinte, e que estas deverão ser elaboradas para aprovação de Coordenação de Ensino até 15 de abril, do exercício anterior informamos que:

- Em 08/11/2011 nos foi solicitado a indicação de cursos a serem realizados no próximo ano especificando, minimamente, os requisitos como: Nome do curso; Justificativa; Cronograma básico, Programa do curso; Modalidade do curso; Público-alvo; e Previsão de custos, Foi estabelecido o prazo para o envio das informações até 30/11, prorrogado até 16/11/12. Em

20/12 foi enviado à COEN o Plano Anual de Ensino, para o ano de 2012. Foi ressaltado que as 10 (dez) ações ali contempladas são ações remanescentes do PAE 2011, pois suas execuções foram adiadas para 2012, por falta de condições e causas diversas. Portanto deixamos de consultar os Srs. Chefes de Seções e Delegacias para que apontassem necessidades de treinamento para elaboração de propostas das Ações de treinamento e Desenvolvimento para o ano vindouro;

- Em 15/04/11 fomos informados pela Coordenação de Ensino - COEN do montante (R\$ 10.828,78) dez mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e oito centavos) para realização de eventos de capacitação demandados pela própria regional. Foi lembrado que os valores liberados no presente exercício tem por base o efetivo da regional na data de 31/03/2011. Foi ressaltado que os custos com a complementação do Programa de Atualização Policial - PAP (Módulos) serão custeados pela COEN, dentro do possível e conforme nos estejam disponíveis recursos orçamentários;

- Com a crescente demanda de capacitações e ou treinamentos no âmbito do DPRF, gerando rotinas administrativas nas mesmas proporções, fomos contemplados por mais uma força de trabalho, ou seja 01 vaga de estagiário de nível médio para apoiar nas atividades do Núcleo, haja vista as várias atribuições regimentais a serem cumpridas como: a emissão e/ou encaminhamento de certificados com a conclusão ou participação nos treinamentos, cursos, palestras de iniciativa ou não desta desconcentrada, levantamento, implementação e manutenção de cadastro atualizado (banco de dados) da ficha curricular de todos os servidores policiais (ativos, aposentados e instrutores) da regional, via pasta de assentamento funcional e a produção e / ou encaminhamento de material didático para os instruendos do tipo mídia etc.

- No geral orientamos, controlamos e executamos as atividades de ensino e capacitação dos servidores policiais e administrativos, propomos planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização; mantemos cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; compomos comissão regional de auxílio na realização de cursos e/ou concursos público realizados. Como demonstrado acima instruímos e emitimos pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal; pesquisamos, classificamos, catalogamos e arquivamos a legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal; adotamos medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação e executamos as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório. No tocante a competência relativa à gratificação do tipo GDATA, ressaltamos que a mesma foi incorporada, em março de 2008, aos vencimentos básicos dos servidores administrativos, sendo portanto inócua qualquer ação a esta competência.

- Em 2011 deixamos de realizar: estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal; analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a área de competência; concessão de Progressão Funcional e da GDATA; elaboração de diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência; e de instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União.

- Com relação ao ensino a distância avançamos muito pouco no tocante ao controle e acompanhamento de quem, quantos se inscreveram, quais cursos, se concluíram ou não etc, ficando o desejo e a promessa de continuar buscando os dados, bem como a de fomentar um tele centro para a regional.

- Com a edição da Instrução normativa nº 004, de 27/04/2010, que regulamenta a atividade de ensino, bem como o seu exercício e a retribuição pecuniária de seus encargos, no âmbito do DPRF, vê-se a implementação de uma política de Recursos Humanos voltada para a valorização, capacitação e desenvolvimento de competências dos servidores do DPRF/MJ, embora seja mais uma atribuição para o NUCAP. Foram gerados 15 (quinze) requerimentos de pagamento de horas-aulas, 14 (catorze) na sua totalidade e 01 encaminhado para a sede em Brasília/DF, para

pagamento por lá, visto que se tratava de caso especial, ou seja excedida as 120 horas trabalhadas em curso ou concurso.

- No campo do exercício da atividade de magistério foram tratados 04 (quatro) requerimentos de dois servidores, e todos já concluídos
- A infra estrutura do Núcleo foi suprida com equipamentos do tipo Datashow, notebook's etc. Em andamento a aquisição de itens solicitados desde o início do ano como: armário fechado, estante, mesa plástica, cadeiras, púlpito e tela de projeção retrátil entre outros.

5.6.4.3) Conclusão

Entendemos que o incremento nas ações de treinamento e desenvolvimento foi um fato a ser destacado, apesar de termos encontrado todas as dificuldades na execução das atividades, em especial o baixo efetivo, que recai na dificuldade de liberação dos servidores por não ter quem lhe substitua nas atividades diárias, quando estes estão ou deveriam estar trabalhando / prestando serviço a sociedade, fora a ínfima e restrita disponibilidade orçamentária descentralizada.

5.6.5) Disciplina

5.6.5.1) Considerações gerais

O planejamento de Corregedoria – 2011, foi o documento no qual condensou-se a estratégia de atuação da seara correicional para o exercício de 2011, orientada para o alcance de resultados, alinhada às expectativas dos cidadãos-usuários (público interno e externo) e, assim, seguir a visão da Corregedoria do DPRF (Criar ambiente propício para que a Polícia Rodoviária Federal seja reconhecida como órgão promotor da excelência na segurança pública).

Em linhas gerais, além de visar a redução dos processos e saneamento da Seção, visou também fortalecer a ação preventiva e repressiva de correição, promovendo o aparelhamento e capacitação, voltados à melhoria da atuação da seara correicional em âmbito Regional. A estratégia prevista no Planejamento de Corregedoria – 2011 foi formulada contemplando-se os seguintes fundamentos:

1. Gestão voltada para resultados;
2. Visão de futuro;
3. Cultura de Inovação;
4. Gestão Participativa ;
5. Orientação por processos e informações, e aprendizado organizacional;
6. Sustentabilidade e auto-suficiência em sua atuação;
7. Participação Social;
8. Integração e articulação entre Unidades, áreas, e órgãos; e
9. Gestão de pessoas.

5.6.5.2) Objetivos, metas e indicadores

Os objetivos e indicadores definidos no Planejamento de Corregedoria - 2011 foram basicamente os mesmos definidos no planejamento para o exercício anterior.

Os objetivos, metas e indicadores definidos no planejamento para o exercício de 2010 foram os seguintes:

“MACRO-OBJETIVO 01

COMBATER AS OCORRÊNCIAS GERADORAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES POR MEIO DE AÇÕES PREVENTIVAS, REPRESSIVAS E CORRETIVAS.

Meta 1: Reduzir o número de ocorrências geradoras de ações de correição (quantificadas pelo número de entrada de procedimentos autuados de natureza correicional envolvendo servidores do DPRF) em no mínimo 10% até o final de 2011 tendo em vista que o número de procedimentos autuados encontram-se dentro de patamares aceitáveis.

Meta 2: Realizar palestras, em todas as Delegacias e para o efetivo da Sede, bem como realizar 6 (seis) palestras para os cidadãos, nos termos do projeto corregedoria participativa, sendo que duas palestras serão realizadas no interior do Estado.

MACRO-OBJETIVO 02

PROVER A CORREGEDORIA DO DPRF DE MAIOR SUPORTE PARA BEM DESEMPENHAR SUAS ATIVIDADES

Meta 1: Melhorar os índices de nível de qualidade técnica, bem como aumentando a capacidade de processamento da regional em 10% até o final de 2011.

Meta 2: Melhorar o nível de suporte logístico e de recursos humanos.

MACRO-OBJETIVO 03

REDUZIR O NÚMERO DE PROCESSOS DISCIPLINARES PENDENTES JUNTO ÀS UNIDADES CORREICIONAIS

Meta: Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes na Corregedoria em no mínimo 30% até o final de 2011, pois houve um aumento na demanda reprimida desta Regional em virtude da dificuldade de se formar Comissões e não haver uma Comissão Permanente.

MACRO-OBJETIVO 04

CAPACITAR NÚMERO ADEQUADO DE SERVIDORES PARA EMPREGO EM AÇÕES DE CORREGEDORIA

Meta 1: Organizar treinamentos de servidores em Corregedoria para adequação do banco de talentos da Unidade. 81

Meta 2: Promover o aproveitamento, ao longo do exercício de, no mínimo, 50% do efetivo capacitado.”

5.6.5.3) PESQUISA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

5.6.5.3.1) Considerações gerais

Na pesquisa, para a produção do relatório de gestão, buscou-se o levantamento de dados e informações necessários que possibilitassem a apresentação da evolução do desempenho da Corregedoria Regional.

5.6.5.3.2) Resultados - Avaliação de desempenho

a) Tabela XXXVI. Quanto ao desempenho relativo à movimentação cartorial:

Quantidade de Processos na unidade em Dezembro 2010	72
	JANEIRO A DEZEMBRO/2011
Quantidade de Processos na Unidade Dezembro 2011	42
Denúncias autuadas	47
Em diligências preliminares	28
Processos em Andamento (SAD,PAD)	8
Aguardando Julgamento	6
Tipo de Punição – Advertências	12
Tipo de Punição – Suspensões	1
Tipo de Punição – Demissões	1
Tipo de Punição – Cassações de Aposentadoria	0
Notas de Culpa	0
Penalidades prescritas	11

Fonte: Corregedoria Regional / 15ª SRPRF

b) Resultados quanto às demais ações desenvolvidas

b.1) Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS) e Corregedoria-Participativa

Ação subsidiária do Projeto Corregedoria-Participativa, de caráter contínuo, atualmente o AGS se encontra amplamente difundido entre os servidores da 15ªSRPRF/RN, apesar de moderado grau de resistência ainda verificado por parte do efetivo.

O AGS, em conjunto com as ações do projeto Corregedoria-Participativa, têm contribuído para mudança de atitude dos gestores e servidores (principalmente no âmbito das Delegacias), estimulando-os a um maior engajamento em torno da ação correicional. Em ações do AGS, foram auditados, em 2011, 108 servidores, com preenchimento de 48 Relatórios de Visitas.

Foram também feitas 03 reuniões correicionais com o efetivo, no sentido de orientar e prevenir quanto a condutas geradoras de procedimentos disciplinares.

c) Fatores negativos e positivos detectados

Alguns dos fatores negativos identificados são apresentados a seguir:

1. Resistências quanto a mudanças de estratégias de atuação correicional e à implantação de programas e normas estabelecidos pela Corregedoria-Geral;

2. Efetivo insuficiente lotado na área correicional.

Alguns dos fatores positivos identificados são apresentados a seguir:

1. Aprimoramento das práticas de gestão na Corregedoria (histórico da qualidade);
2. Aumento na descentralização de recursos para pagamento de diárias aos servidores que atuaram no processamento dos procedimentos disciplinares;
3. Intensificação do AGS.

5.6..5.4) RECURSOS FINANCEIROS

Tabela XXXVII. Quanto à situação orçamentária da Corregedoria Regional no ano de 2011.

Controle de Entrada de Recursos 2011					
Total de recebimentos			Atividades Próprias		R\$ 34.793,12
			Atividades de Outra Regional		R\$ 16.836,17
Controle de Saída de Recursos 2011					
UTILIZADOS EM DEMANDA DA REGIONAL ATIVIDADES PRÓPRIAS		TOTAL DE GASTOS ATIVIDADES PRÓPRIAS	UTILIZADO EM DEMANDA EM OUTRAS REGIONAIS A TIVIDADES DE OUTRAS REGIONAIS		TOTAL DE GASTOS ATIVIDADES DE OUTRAS REGIONAIS
TOTAL DIÁRIAS	TOTAL PASSAGENS		TOTAL DIÁRIAS	TOTAL PASSAGENS	
R\$ 34.533,23	R\$ 0,00	R\$ 34.533,23	R\$ 14.142,91	R\$ 2.693,26	R\$ 16.836,17

Fonte: Corregedoria Regional / 15ª SRPRF

5.6.5.5) CONCLUSÃO

Verificamos pelos dados apresentados quanto à movimentação cartorial da Corregedoria Regional da 15ªSRPRF/RN, que esta não obteve êxito em atingir as metas indicadas no início do ano.

Atualmente a situação da Corregedoria Regional da 15ª SRPRF/RN deve ser vista com cautela, considerando que o efetivo lotado na área correicional é deficiente e ainda, com a saída de um servidor sem expectativa de substituição. Esperamos em 2012 minimizar a atuação de denúncias, atuando fortemente nas ações preventivas junto ao efetivo, tais como, palestras, cursos de atualização e acompanhamento de perto da área operacional

6. TRANSFERÊNCIAS

Não Houve registro na 15ª SRPRF/RN no exercício 2011

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**QUADRO XXIII – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV****DECLARAÇÃO**

Eu, Paulo Roberto Cunha F. De Sousa, CPF nº009.510.084-98, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, cargo este exercido na 15ª SRPRF/RN declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal/RN, 26 de março de 2012.

Paulo Roberto Cunha Figueiredo de Sousa

009.510.084-98

Chefe da Seção Administrativa e Financeira

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS**8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93**

Quadro XXIV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UI, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	17	13	26
	Entregaram a DBR	17	13	26
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN

Todos os Servidores da 15ª SRPRF/RN forneceram autorização para acesso às informações constantes da Base de dados da Receita Federal do Brasil.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**9.1) Estrutura de controles internos da UJ**

Quadro XXV - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: No exercício 2011 foi designado um Servidor para exercer exclusivamente o controle Interno da 15ª SRPRF/RN					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Quadro XXVI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Utilização de Matéria-prima				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Ocorreu Ligeira Redução no consumo de Energia Elétrica				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Aquisição de Toner				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Existe a exigência de aquisição de carros Flex				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Aquisição de Toner Remanufaturado				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					

Considerações Gerais: No exercício 2012 estamos iniciando uma campanha visando diminuição do consumo de água, energia elétrica e materiais de consumo não recicláveis.

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

Quadro XXVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – RIO GRANDE DO NORTE	11	10
	NATAL	2	1
	MACAÍBA	1	1
	LAJES	1	1
	MOSSORÓ	3	3
	CEARÁ-MIRIM	1	1
	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ	1	1
	ACARI	1	1
	CAMPO REDONDO	1	1
Subtotal Brasil		11	10
EXTERIOR	PAÍS 1		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		11	10

Fonte:SPIUNET

11.2) Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não se aplica a 15ª SRPRF/RN

QUADRO XXVIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200123	1601.00002.500-5	21	REGULAR	-	22/01/2009	23.986,88	-	-
200123	1641.00002.500-4	21	REGULAR	-	22/01/2009	25.787,17	-	-
200123	1741.00008.500-3	21	REGULAR	-	22/01/2009	29.986,88	-	-
200123	1733.00007.500-7	21	REGULAR	-	22/01/2009	26.986,88	-	-
200123	1759.00029.500-0	21	REGULAR	-	22/01/2009	34.717,25	-	-
200123	1759.00030.500-6	21	REGULAR	-	22/01/2009	32.025,60	-	-
200123	1651.00011.500-5	21	REGULAR	-	22/01/2009	34.225,20	-	-
200123	1759.00094.500-5	21	REGULAR	-	22/01/2009	56.169,01	-	-
200123	1761.00002.500-5	21	BOM	-	22/01/2009	1.308.251,28	-	-
200123	1761.00459.500-0	21	RUIM	-	03/01/2011	1.207.172,49	-	35.000,00
200123	1841.00003.500-2	21	MUITO BOM	-	22/03/2012	242.775,90	-	-
Total							-	35.000,00

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material da 15ª SRPRF/RN

Os imóveis onde funcionam os postos prf's de fiscalização, com exceção do posto de são José de Mipibu, como também o imóvel onde funciona a 4ª delegacia -Mossoró/RN, encontram-se com os valores desatualizados, uma vez que os mesmos não possuem registros em cartórios, estando o DPRF/MJ, em nível nacional, tratando o assunto junto a SPU e PFN's a fim de encontrar uma forma legal para regularizá-los.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**12.1) Gestão de Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada**

Quadro XXIX – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Não Ocorreram despesas com Cartão de Crédito Corporativo No Exercício 2011 na 15ª SRPRF/RN. Portanto os Quadros: Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador; Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica); Não se aplicam a esta UJ.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Inexiste tal situação no âmbito da 15ª SRPRF/RN, Motivo pelo qual os Quadros: Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ; Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida; Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Física; Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica; Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoa Física; Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoa Jurídica; Aplicação de Recursos de Receita Pela Própria UJ; Prestações de contas de Renúncia de Receitas; Comunicações a RFB; Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas e Ações da RFB. Não se aplicam a esta UJ.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não Houve. Portanto o Quadro Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício, não se aplica a esta UJ.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não Houve. Portanto o Quadro Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício, não se aplica a esta UJ.

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não Houve. Portanto o Quadro Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI, não se aplica a esta UJ.

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não Houve. Portanto o Quadro Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício, não se aplica a esta UJ.

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1) Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não Houve. Portanto o Quadro Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício, não se aplica a esta UJ.

16.2) Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Não Houve. Portanto o Quadro Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência, não se aplica a esta UJ.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Ver Anexo I



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RN		200123	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador